

LULULA

LIVRE



JAI!



Lutar e resistir!

Página 13 de outubro é dedicado integralmente a dois temas: o 13º Congresso da CUT e o 7º Congresso nacional do PT. Sobre este, divulgamos nosso balanço do processo de eleição direta realizado no dia 8 de setembro, assim como trechos da tese apresentada pela tendência petista Articulação de Esquerda, no momento em que registramos a chapa “Em tempos de guerra, a esperança é vermelha” e a candidatura à presidência nacional do PT do companheiro Valter Pomar.

Quanto ao Congresso da CUT, *Página 13* traz uma entrevista com a companheira Jandyra Uehara, nosso balanço da atuação da secretaria de Políticas Sociais e Direitos Humanos, as emendas que apresentamos ao projeto de resolução que será debatido pelo Congresso, nossa contribuição ao debate sobre a organização das mulheres e nossa proposta de alteração na cláusula de barreira que limita a participação nas direções da central.

Os leitores frequentes do *Página 13* perceberam que uma edição anterior a esta não foi impressa, tendo circulado apenas digitalmente. Pedimos desculpas, não apresentaremos justificativas, mas apenas uma explicação: no dia 20 de setembro foi divulgada a totalização do PED de 8 de setembro. E o atraso resultante coincidiu com os prazos de apresentação da nossa chapa ao Diretório Nacional do PT. Por isso, fizemos uma versão digital, cuja impressão coincidiria com a impressão desta edição.



Motivo pelo qual decidimos imprimir apenas este jornal que você tem em suas mãos.

Isso posto, dedicamos o restante deste editorial a reproduzir a primeira parte do texto com o qual inscrevemos nossa chapa ao Diretório Nacional e nossa candidatura à presidência nacional do PT. A segunda parte, dedicada a conjuntura, está nas páginas 4 a 5 desta edição.

Vivemos tempos de guerra. Guerra de ricos contra pobres. Guerra de empresários contra trabalhadores. Guerra do agronegócio contra camponeses, indígenas e quilombolas. Guerra de latifundiários urbanos contra o povo sem teto. Guerra de especuladores contra aposentados. Guerra de machistas contra as mulheres. Guerra de racistas contra negros e negras. Guerra dos intolerantes contra os LGBT. Guerra de conservadores contra a juventude. Guerra de fascistas contra as liberdades democráticas. Guerra

da ignorância contra a educação libertadora. Guerra dos imperialistas contra as nações periféricas. Guerra do capitalismo contra a humanidade. Guerra da morte contra a vida em nosso planeta.

A classe trabalhadora, o povo pobre, camponeses, indígenas, quilombolas, sem teto, aposentados, mulheres, negros e negras, os LGBT, a juventude, os democratas, os povos de todo o mundo precisamos vencer esta guerra. Só assim teremos um mundo em que caibam todas e todos, só assim teremos igualdade, liberdades democráticas, soberania, integração, outro mundo possível, o socialismo. Ou vencemos esta guerra, ou será a barbárie.

Nossos inimigos têm a seu favor o Estado, os grandes meios de comunicação, o poder econômico, a manipulação dos corações e mentes, o imperialismo. Nós, das classes oprimidas e dominadas, temos a nosso favor a organização. É a organização que nos

“ Quando criminalizam o pensamento de esquerda, reprimem os movimentos sociais, sufocam o sindicalismo, matam Marielle, prendem Lula, tentam cassar a legenda do PT, nossos inimigos buscam inviabilizar a organização da classe trabalhadora. Frente a cada um destes ataques, nossa resposta é e continuará sendo organizar, inclusive e principalmente organizar um partido para tempos de guerra, o Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras. ”

permite conscientizar, mobilizar, lutar, resistir, é a organização que nos permite, mais cedo ou mais tarde, conquistar o poder para as classes trabalhadoras poderem construir um novo Brasil e um novo mundo.

Quando criminalizam o pensamento de esquerda, reprimem os movimentos sociais, sufocam o sindicalismo, matam Marielle, prendem Lula, tentam cassar a le-

Expediente

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

ISSN 2448-0150-186

Direção Nacional da AE: Damarci Olivi/MS, Daniela Matos/DF, Jandyra Uehara/SP, Julio Quadros/RS, Mucio Magalhães/PE, Natalia Sena/RN, Patrick Campos/PE, Valter Pomar/SP. Comissão de ética: Jonatas Moreth/DF, titular; Sophia Mata/RN, titular; Rosana Ramos/SP, suplente; Pere Petit/PA, suplente.

Edição: Valter Pomar, Emilio C. M. Font. **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Walker edmawalker@gmail.com

Endereço para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000 Aceso: www.pagina13.org.br

genda do PT, nossos inimigos buscam inviabilizar a organização da classe trabalhadora. Frente a cada um destes ataques, nossa resposta é e continuará sendo organizar, inclusive e principalmente organizar um partido para tempos de guerra, o Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras.

Um PT capaz de retomar a confiança da maioria da classe trabalhadora brasileira e dos setores excluídos pela lógica capitalista. Um PT capaz de organizar uma frente política e social de esquerda, para lutar contra o governo Bolsonaro, contra o conjunto das forças golpistas, contra o capitalismo e todas as formas de opressão e dominação. Um PT militante, com centenas de milhares de quadros políticos conscientes do seu papel histórico, atuando no dia a dia dos mais variados espaços, organizando núcleos, setoriais, zonais, sindicatos, associações, movimentos de luta dos mais variados matizes. É este o PT que precisamos extrair do 7º Congresso.

Para tanto, devemos começar nos libertando de todas as ilusões. A ilusão dos que acreditavam que se a esquerda desistisse da revolução e do poder, a direita desistiria dos golpes e das ditaduras militares. Que se desistíssemos da expropriação dos capitalistas, estes aceitariam a distribuição de renda e poder. Que se deixássemos de lado o anti-imperialismo, os Estados Unidos e seus aliados aceitariam a integração regional e respeitariam nossa soberania. Que se a esquerda fosse campeã do republicanismo e do “estado de direito”, o outro lado abriria mão do “estado da direita”.

O preço das ilusões, todos sabemos: o golpe de 2016, Lula

preso, um cavernícola na presidência, o Brasil e a América Latina regredindo. Apesar disso, há setores que resistem em fazer a autocrítica das ilusões!

Dizem que o golpe foi causado porque Dilma não soube “dialogar”; que as forças armadas apoiaram o golpe porque foram “provocadas”; que a condenação e prisão de Lula foram obra apenas de Moro e Dallagnol, não do “partido do judiciário”, do “partido da mídia” (Globo à frente), do “partido dos generais” e do grande Capital; que Haddad seria eleito se atraísse o “centro”; que o governo de Bolsonaro é frágil; que a libertação de Lula depende apenas de convencer este ou aquele juiz; que o grande empresariado já se deu conta de que era feliz e não sabia.

A cada derrota, os semeadores de ilusões buscam novas. Não conseguem perceber que na luta de classes vale a máxima: se queres a paz, prepara-te para a guerra.

Lula pode ser libertado, Bolsonaro pode ser derrotado, nossos inimigos podem ser divididos, podemos derrotar a direita nas eleições de 2020 e 2022, podemos voltar a governar o país. Mas para isso, só há um caminho: lutar, lutar e lutar. E os que vivem no mundo das ilusões, não conseguem lutar adequadamente.

A luta será mais ou menos longa, a depender do que ocorra no mundo; das divisões na coalizão golpista; e, principalmente, de nossa capacidade de conscientizar, organizar e mobilizar a classe trabalhadora. É esta capacidade que precisamos extrair do 7º Congresso.

Sendo tão importante, não



admira que o 7º Congresso do PT venha sendo palco de muitas batalhas: da democracia contra a fraude; do partido de luta, contra a legenda eleitoral; do partido antissistema, contra a política-gem tradicional e fisiológica; da oposição radical, contra a frouxidão; das reformas estruturais e do socialismo, contra a socialdemocracia e o social-liberalismo.

O 7º Congresso é, também, a batalha contra quem deseja “virar a página do golpe”, se curvar às conveniências, escolher atalhos que terminam em becos sem saída, fazendo péssimos acordos para evitar os riscos inevitáveis de toda boa luta. Em resumo, o 7º Congresso é a batalha entre quem cultiva ilusões e quem semeia esperanças.

Como faz Lula, ao dizer que não fará barganha com sua liberdade!

Fora Bolsonaro, Lula Livre, viva o PT, viva a CUT, viva a classe trabalhadora brasileira! ★

“ Lula pode ser libertado, Bolsonaro pode ser derrotado, nossos inimigos podem ser divididos, podemos derrotar a direita nas eleições de 2020 e 2022, podemos voltar a governar o país. Mas para isso, só há um caminho: lutar, lutar e lutar. E os que vivem no mundo das ilusões, não conseguem lutar adequadamente. ”



Elites fazem “movimento em pinça”

Página 13 publica abaixo a análise de conjuntura contida na tese “Em tempos de guerra, a esperança é vermelha”, quando da inscrição da chapa ao DN e da candidatura a presidência nacional do PT



A conjuntura internacional segue tensa. Há dois fatores fundamentais de tensão. Por um lado, crescem os sinais de que pode ocorrer algo de gravidade similar aos fatos de 2008. Por outro lado, a tensão político-militar: no momento, com o foco nas relações entre EUA, Arábia Saudita e Irã. O pano de fundo da tensão segue sendo o conflito entre Estados Unidos e China, em torno da hegemonia mundial. Como parte do ambiente de tensão, operam a extrema direita e o fascismo.

A tensão internacional tem fortes rebatimentos na conjuntura da América Latina. Nos próximos meses teremos três eleições presidenciais importantes: o cenário é promissor para o campo popular, especialmente na Argentina, porém mais complexo no Uruguai e Bolívia. Na Colômbia, o governo estimula o massacre dos antigos guerrilheiros das Farc, perpetrado por organizações paramilitares. A situação segue instável e tensa na Venezuela: por um lado, o governo consegue produzir um acordo com setores da oposição; por outro lado, há uma escalada do conflito fronteiriço com a Colômbia, agravada pela decisão – tomada por uma maioria de governos liderados pela direita — de invocar, contra a República Bolivariana, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). De conjunto, a esquerda latino-americana enfrenta

seguirá enfrentando uma situação muito diferente daquela aberta entre 1998 e 2003, com a eleição de Hugo Chávez, Lula e Kirchner.

No plano nacional, prossegue a ofensiva do governo e da maioria conservadora do Congresso contra os direitos sociais, contra as liberdades democráticas e contra a soberania nacional. A lista de maldades é longa: a reforma da previdência caminha para ser aprovada no Senado; facilitou-se o porte de armas para os latifundiários; a base de Alcântara está sendo “ofertada” aos Estados Unidos; voltam as privatizações; o ataque contra os direitos trabalhistas e sindicais prossegue; aumentam as ações e ameaças de censura a filmes e outras produções culturais, como o caso do filme Marighela e da Bienal do Rio de Janeiro; até mesmo o autofinanciamento das entidades estudantis por meio da carteirinha da UNE está ameaçado. Como resultado das ações do governo, crescem o desemprego, a informalidade, a miséria, a desassistência por parte dos serviços públicos (destacadamente na saúde), crescem o feminicídio e a violência policial, aumenta o envenenamento por agrotóxicos e as queimadas proliferam na região amazônica e no cerrado.

Por outro lado, a piora nas condições gerais do país e da população reforça e amplia o repúdio ao governo Bolsonaro. Mas isto não deteve, nem derrubou o governo, que demonstra até agora alta resiliência, conseguindo avançar na aprovação de seus projetos e segue tratando, a sua maneira, dos problemas que vão surgindo no seu caminho. A crescente impopularidade do governo não está sendo acompanhada de uma ampliação das mobilizações sociais. Pelo contrário, depois da aprovação da reforma da previdência na Câmara

dos Deputados, houve um refluxo nas lutas sociais. Há uma dispersão de iniciativas e pautas, uma dificuldade de mobilizar amplas massas, o risco de que votações importantes na Câmara passem inclusive com pouco protesto social. É como se parcelas importantes do povo e da militância não acreditassem ser possível, ao menos neste momento ou por este caminho, deter ou derrotar o governo Bolsonaro. Alguns setores atuam como se determinadas derrotas fossem inevitáveis e contra elas não fosse importante pelo menos marcar posição.

A piora no ambiente social é acompanhada por crescentes conflitos entre os diferentes setores que apoiaram a eleição de Bolsonaro. Em parte esses conflitos decorrem de diferentes posições existentes no golpismo, por exemplo, entre os que querem destruir toda a institucionalidade prevista pela Constituição de 1988 (vide o tweet de Carlos Bolsonaro, falando da impossibilidade de mudar o país através da via democrática) e os que querem preservar esta institucionalidade (que, diga-se de passagem, foi a mesma que praticou o golpe, viabilizou a prisão de Lula e permitiu a eleição de Bolsonaro).

Frente às ameaças fascistas e de aprofundamento do estado de exceção, na ausência de fortes lutas sociais e na presença de conflitos intergolpistas, uma parte da esquerda brasileira está sendo novamente atraída para a crença de que a crise teria solução “por dentro” da institucionalidade e “através” de alianças com setores de centro-direita. Em todos os partidos de esquerda, se intensifica a movimentação relativa às eleições 2020 e 2022, há novas expectativas de que o STF delibere favoravelmente sobre Lula, cresce a polêmica sobre a natureza da frente

(“democrática” ou “popular”?) necessária para derrotar o bolsonarismo.

Nesse contexto, o PT é vítima de um “cerco em formato de pinça”. Por um lado, a extrema direita, liderada pelo bolsonarismo, continua operando com o objetivo de liquidar o petismo. Recentemente, Olavo de Carvalho chegou a dizer que o problema do país não é a corrupção, é o Foro de São Paulo; e que todos os partidos a ele ligados, a começar pelo PT, deveriam ser impedidos de funcionar. Por outro lado, a centro-direita busca cooptar setores da esquerda para uma espécie de “bolsonarismo sem Bolsonaro”. Ciro Gomes voltou a atacar Lula e o PT, deixando claro que com ele (Ciro) na presidência o petismo continuaria a ser tratado como uma quadrilha. Um movimento chamado “Direitos Já” é lançado, com a participação de FHC, Anastasia e outros do gênero, mas sem Lula Livre. Governadores ligados à oposição, como Flávio Dino e Rui Costa, buscam se posicionar como candidatos desta frente “democrática” (uma “democracia” entre aspas, em que o tema da prisão política de Lula é tratado como questão menor).

Tanto a esquerda em geral, quanto o PT, estão divididos entre defensores de duas táticas: os que defendem uma “frente democrática” com a centro-direita e os que defendem uma frente democrático-popular. A rigor, trata-se de polêmica semelhante às ocorridas em outras épocas: participar ou não do Colégio Eleitoral? Assinar ou não a Constituinte? Apoiar ou não o governo Itamar? Naquelas polêmicas, o Partido Comunista do Brasil adotou as posições que está adotando agora, numa atitude que é coerente com sua visão programática e estratégica, que paradoxalmente reproduz a essência das



posições da Declaração de Março de 1958 do antigo PCB.

Já o Partido dos Trabalhadores, que em outras conjunturas optou por demarcar o campo de classe, mesmo que a custo de relativo e passageiro isolamento, hoje está sendo arrastado para a posição de “quinta roda do carro”, na qual endossaria outro “pacto por cima”, legitimaria um novo “pacto das elites”, aprofundando a linha de conciliação de classes que no passado recente conduziu o Partido a pesadas derrotas, aceitando secundarizar as pautas da classe trabalhadora e dar centralidade à versão descafeinada da chamada “pauta democrática”, onde se fala de democracia sem Lula Livre e sem liberdade de organização popular.

Nossa posição é nítida: na encruzilhada entre uma nova transição conservadora e um duro e difícil enfrentamento, o PT deve liderar o enfrentamento. Se não houvesse outros motivos, bastaria este para justificar a nossa chapa ao DN e nossa candidatura à presidência do Partido.

A situação interna do PT – em que setores importantes defendem posições que, no limite, sacrificam o conjunto do Partido — só pode ser compreendida levando em conta três fatores. Por um lado, o ambiente geral de refluxo das lutas sociais, totalmente diferente do que ocorria nos anos 1980, quando o PT recusou ser aliado subalterno da frente comandada pelos liberais. Por outro lado, a inércia de quase 25 anos (1995-2019) de uma estratégia de centro-esquerda, que leva muitos petistas a tentar repetir o que acham que teria dado certo no passado, sem atentar para o fato de que a história não se repete, salvo como tragédia ou farsa. Hoje, repetir a tática dos anos 1990 seria “dar as mãos” para quem apoiou o golpe contra Dilma, apoiou a con-

denação e prisão de Lula, apoiou ou lavou as mãos frente à eleição de Bolsonaro e, principalmente, apoia o programa ultraliberal que castiga o povo. Finalmente, como terceiro fator, há o alto nível de institucionalização e burocratização das direções partidárias, o que facilita atitudes de “baixo risco” cujo único objetivo é preservar espaços e cargos.

Nas bancadas parlamentares, nos governos, na tática eleitoral, na campanha Lula Livre e nos movimentos sociais, fica clara a existência de duas táticas no interior do PT: a tática de acúmulo de forças através da oposição e do enfrentamento social; e a “tática” de baixar o perfil e esperar a onda passar, mesmo que à custa da capitulação e adaptação, explicando-se assim a fragilidade e dubiedade com que muitas vezes a campanha Lula Livre é tratada por setores da direção petista.

A tática da oposição e do enfrentamento só terá êxito se for respaldada por uma ampla mobilização social. Esta mobilização virá, mais cedo ou mais tarde, e é neste sentido que devemos concentrar nossos esforços e investir nossas energias. E é com esta orientação que vamos participar dos congressos estaduais e do congresso nacional do PT, assim como do congresso nacional e dos congressos estaduais da CUT.

A batalha pela mudança de rumos do PT, pela superação da estratégia de conciliação, pela elaboração de uma tática e uma ação política capaz de libertar Lula e derrotar o Bolsonaro, passa pela disputa do 7º Congresso do Partido dos Trabalhadores. É para contribuir nisto que inscrevemos a chapa “Em tempos de guerra, a esperança é vermelha” e a candidatura do companheiro Valter Pomar à presidência nacional do Partido.

“ Nossa posição é nítida: na encruzilhada entre uma nova transição conservadora e um duro e difícil enfrentamento, o PT deve liderar o enfrentamento. Se não houvesse outros motivos, bastaria este para justificar a nossa chapa ao DN e nossa candidatura à presidência do Partido ”

Nossa chapa e candidatura seguem abertas ao diálogo com todos os setores do Partido que defendem posições semelhantes às nossas. A maioria numericamente “absoluta” que resultou do PED de 8 de setembro, maioria vitamizada por irregularidades e fraudes de diversos tipos, ainda está longe de ser uma maioria política.

Embora coincidam na estratégia, os setores do Partido que “venceram” as eleições internas de 8 de setembro de 2019 estão divididos acerca da tática. Isto ficou evidente na polêmica pública entre Rui Costa, a executiva nacional do PT, o senador Jaques Wagner e o próprio Lula. O senador Wagner achou “totalmente descabida” a resolução adotada pela executiva nacional contra as posições anti-partidárias do governador Rui. No fundo da polêmica, mais do que uma divergência política, está saber quem deve ter a “última palavra” sobre a posição do PT: as instâncias partidárias ou os mandatários eleitos pelo partido?

Outro exemplo de divisão acerca da tática aparece nas contradições declarações da presidenta Gleisi Hoffmann, de um lado, e do ex-candidato a presidente Fernando Haddad, de outro lado, acerca do movimento “Direitos Já”. Finalmente, há a política de alianças em 2020: faremos ou não alianças com partidos golpistas? Faremos ou não alianças com partidos que defendem que Lula deve continuar preso? Responder a estas questões é uma das tarefas centrais do 7º Congresso.

Como temos dito desde 2015, vivemos tempos de guerra. O grupo que hoje controla a direção nacional do PT não se preparou para isto. Muito pelo contrário, seguiu adotando uma estratégia equivocada e superada, incapaz de repositonar o PT na nova etapa da luta de classes. Por isto, sofremos derrotas estratégicas entre 2016 e 2018. Hoje seguimos pagando o preço disto. Reverter a situação, libertar Lula, derrotar e derrubar a coalizão golpista, retomar o governo e a caminhada em direção a um Brasil democrático, popular e socialista não é assunto para uma corrida de cem metros, mas sim para uma maratona com obstáculos.

O centro da questão segue sendo colocar a classe trabalhadora em movimento, em defesa de seus direitos, liberdades, objetivos imediatos e históricos. Fazê-lo depende em boa medida de o PT mudar sua linha política e seu método de funcionamento.

É isto que queremos do 7º Congresso: um PT à altura de conduzir a luta da classe trabalhadora para derrotar o governo Bolsonaro, libertar Lula e construir um Brasil democrático, popular e socialista.





Forças Armadas: um debate inadiável

A decidida política externa do governo Bolsonaro, de subordinar o Brasil aos EUA, a política de destruição da Amazônia e dos recursos naturais, a entrega do pré-sal, a privatização de empresas públicas - entre outras questões - têm suscitado em parte da esquerda e de algumas lideranças públicas um interessante questionamento: “onde está a ala nacionalista das Forças Armadas?”.

■ Marcos Jakoby

Em entrevista concedida recentemente ao canal Tutaméia, Dilma Rousseff afirmou estar “perplexa” com a falta de reação das Forças Armadas à destruição do país. E disse que a corrente militar nacionalista “é forte e tem tradição no Brasil. Acho que essa parte está adormecida, que ela ressurgir”. Também, em entrevista dada ao jornalista Bob Fernandes, na TVE Bahia, Lula comentou sobre o papel das Forças Armadas no atual processo histórico brasileiro: “onde estão os militares nacionalistas?”. Em discurso no lançamento da campanha #MoroMente, Fernando Haddad criticou a postura antinacional das Forças Armadas brasileiras: “não podemos chamar de Forças Armadas uma meia dúzia de generais entreguistas. Não podemos chamar de Forças Armadas quem desonra a farda e desonra o Brasil”.

Detalhe: Lula e Dilma nas respectivas entrevistas parecem incomodados com o fato de que nossos governos estão entre aqueles que mais investiram nas Forças Armadas e que agora estas “cospem no prato que comeram”. Lula afirma que o general Villas-Boas – ex-comandante do Exército e atualmente assessor especial de Jair Bolsonaro no Palácio do Planalto – “deveria ler os anais das forças armadas” e dizer se encontra um presidente “que teve o respeito e cuidou das forças armadas como eu cuidei”. Segundo Lula, as Forças Armadas deveriam ter “um papel importante em cuidar da nossa soberania, não contra o nosso povo”. Muitas outras lideranças e militantes guar-

dam uma esperança de que exista uma “ala nacionalista” entre os militares. E ela, a qualquer hora, “acordará” – se não for para questionar o governo Bolsonaro de conjunto – ao menos para se colocar contra a “política entreguista”. Em minha opinião, trata-se uma posição equivocada e de uma ilusão que não podemos alimentar, sob pena de criarmos expectativas de encontrarmos aliados onde não existem e de subestimarmos o papel das Forças Armadas na atual ofensiva das classes dominantes.

O que explica o atual comportamento das Forças Armadas, que causa a “perplexidade” em parte da esquerda e em setores progressistas? Numa resposta curta: seu caráter de classe. O Estado e suas instituições são ao mesmo tempo uma relação e uma estrutura. O Estado vai sendo forjado pelas classes dominantes, no contexto das lutas (relação) entre as diferentes classes, e se condensando em estruturas e instituições que – aparentemente – correspondem aos “interesses gerais da nação”, mas que estão a seu serviço. Não foi diferente com as Forças Armadas brasileiras, em especial com o Exército, que possuem um histórico de participação na cena política, de tutela dos regi-

mes políticos e de coerção sobre as classes populares. E isso não é somente parte da história recente. Para ilustrar, façamos uma rápida digressão histórica.

Os militares no Brasil Império foram uma força importante de repressão às rebeliões populares; aliás, o patrono do Exército, Duque de Caxias, é famoso por comandar massacres às revoltas populares e regionais do período, como a Balaiada, no Maranhão. No plano externo, a Guerra do Paraguai, em que o Brasil fora a principal força militar da Trípli-

ce Aliança, dilacerou com o país vizinho e com seu povo, cujos resultados se fazem sentir até hoje. Guerra que também atendia aos interesses do imperialismo inglês. Posteriormente, a República brasileira é proclamada por meio de um golpe militar. Os seus dois primeiros presidentes são militares, o que visava dar estabilidade ao novo regime político das oligarquias. E no decorrer da República Velha, o Exército cumpriu papel chave na destruição de novas revoltas populares, com destaque para Canudos e Contestado, o que atendia, como todos sabem, aos interesses dos latifundiários e do capital, inclusive estrangeiro (no caso de Contestado).

Neste período, surgiu uma das principais correntes democráticas entre os militares, o Tenentismo dos anos 1920, que representava, sobretudo, os interesses dos setores médios críticos à política oligárquica. O fato marcante deste processo foi a Coluna Prestes. Mesmo assim, tratava-se de uma corrente democrática com limites, como restrições e dificuldades em admitir alianças populares e o seu engajamento nas lutas contra as oligarquias. De qualquer forma, a grande maioria do Exército e a alta oficialidade continuava atrelada aos interesses oligárquicos. Ao fim, essa corrente democrática foi sufocada e derrotada e acabou se dividindo nos anos 1930: uma parte se dirigindo ao PCB, exemplo maior disso é o próprio Luís Carlos Prestes, e outra parte ficando mais ao centro ou mesmo fazendo uma inflexão à direita.

Mais tarde, o Exército brasileiro dará apoio à ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas e, após a II Guerra Mundial, começará a aprofundar a sua vinculação de seus generais com o alto comando dos EUA, integrando-se, inclusive, à doutrina da Guerra Fria. Nesse contexto, lembremos do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), que foi ministro de Guerra e um militar reacionário; que colocou o PCB na ilegalidade, após curto período fora da clandestinidade; que rompeu relações com a União Soviética e que estabeleceu centenas de intervenções em sindicatos. De qualquer modo, neste período (1945-1964), existia uma ala, embora conservadora, nacionalista e legalista. Um exemplo,

“O que explica o atual comportamento das Forças Armadas, que causa a “perplexidade” em parte da esquerda e em setores progressistas? Numa resposta curta: seu caráter de classe.”

que comprova a existência dessa ala, é a atuação do general Teixeira Lott, cuja ações; garantiriam a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, na presidência e vice-presidência, respectivamente, vitoriosos na eleição de 3 de outubro de 1955. Outro exemplo ocorreu em 1961, por ocasião da tentativa de golpe para impedir a posse de João Goulart, onde o general José Machado Lopes, comandante do III Exército, e outros oficiais aderem à Campanha da Legalidade no Rio Grande do Sul e acabam por se tornarem um fator importante para impor a derrota ao movimento golpista.

Em 1964, ficará claro o papel dos militares como braço armado das classes dominantes e o modo subordinado com que operavam em relação aos EUA. O que existia de ala nacionalista nas Forças Armadas é liquidada, há uma verdadeira “depuração” após o golpe. De acordo com a Comissão Nacional da Verdade, entre 6.500 e 7.500 membros das Forças Armadas e das polícias militares foram perseguidos, presos, torturados ou cassados pelos golpistas. A ditadura militar demonstrou de modo escancarado o papel de suporte dos militares ao grande capital nacional e estrangeiro, agindo de forma violenta, não só contra os militares legalistas e nacionalistas, mas contra toda a classe trabalhadora e as camadas populares.

Com a redemocratização, embora os militares tenham sido obrigados a recolherem-se, não foi imposta nenhuma reforma às Forças Armadas. Passaram de maneira incólume pelo período. Não se estabeleceu nenhuma punição aos militares responsáveis por assassinatos e torturas durante a ditadura. Lembremos da Lei de Anistia, que completou 40 anos em agosto, sem nunca ser modificada para



Tanques do Exército ocupam as ruas do Rio de Janeiro no golpe de 1964

“ Em 1964, ficará claro o papel dos militares como braço armado das classes dominantes e o modo subordinado com que operavam em relação aos EUA. O que existia de ala nacionalista nas Forças Armadas é liquidada, há uma verdadeira “depuração” após o golpe. ”

julgar e punir os agentes do Estado envolvidos naqueles crimes. Não se mudou os currículos das escolas militares. Tampouco se reformou a organização das Forças Armadas. Na Constituição de 1988 não foi realizado nenhum movimento significativo no sentido de sua democratização. E mesmo durante os governos petistas nada de substancial foi feito nessa direção.

Portanto, o seu caráter de classe, construído historicamente pelas classes dominantes, não foi alterado. As Forças Armadas se beneficiaram materialmente de nossos governos, mas isso não mudou o seu profundo vínculo, a sua tradição e a sua cultura organizativa ligadas às classes dominantes. Nem mesmo no sentido de assegurar uma postura sua de respeito à legalidade democrática. As declarações de Lula e Dilma revelam uma esperança de que, uma vez que nossos governos tenham implementados importantes programas de reaparelhamento e fortalecimento das Forças, de recomposição de soldos e dos orçamentos ligados à área, isso seria o suficiente para que o Exército e as outras Forças cumprissem um papel “profissional” e interessado na soberania nacional. Trata-se de uma visão com viés economicista, similar àquela relacionada à classe trabalhadora no período de nossos governos. Em outras palavras, não basta impulsionarmos ganhos materiais, precisamos ter uma linha política capaz de incidir e disputar seus rumos.

Acontece que, neste mesmo período, a doutrina vigente, na prática, entre os militares, continuava sendo a da “Segurança Nacional” da ditadura, caracterizada por identificar e eliminar “inimigos internos”; os militares articularam para sabotar a Comissão Nacional da Verdade; jamais admitiram a hipótese de punir os responsáveis por crimes na ditadura; durante boa parte de nossos governos, nos quartéis, continuava-se a comemorar o golpe de 1964 etc.

Para ilustrar com fatos: enquanto Dilma concorria e vencida às eleições presidenciais de 2010, com toda a sua trajetória de luta contra a ditadura, sendo inclusive torturada, a turma de cadetes formandos de 2010 na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), escola responsável pela formação dos oficiais do Exército brasileiro, homenageava o general Emílio Médici, presidente do período 1969-1974, considerado o de maior violência da ditadura. Sinal evidente de que nada, ou muito pouco, tinha mudado na formação e nos posicionamentos políticos do Exército. Pode-se dizer ainda mais: era uma



“ Desde o golpe que depôs Dilma em 2016, os militares vêm intensificando sua participação na cena política, respaldando e sendo agentes do golpismo e ocupando um papel crescente no Estado brasileiro. Bolsonaro, seu-vice, Mourão, e mais de uma centena de militares ocupam postos do alto comando do Executivo. Eles têm implementado medidas que ferem a soberania nacional e não se mostram incomodados com isso. ”

mensagem de que, assim como em 1964, os militares poderiam entrar em ação novamente para quebrar a legalidade democrática, caso entendessem que fosse necessário a contenção das forças democráticas e populares.

Já no plano internacional, não podemos esquecer que coube ao Brasil o comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, ou MINUSTAH, que foi acusada de agir com violência desproporcional e cometer sérios abusos contra a população civil no período em que esteve no país, entre 2004 e 2017. Entre os comandantes, que estiveram à frente da MINUSTAH, podemos destacar os generais Augusto Heleno e Carlos Alberto Santa Cruz, ambos ministros do governo Bolsonaro. Há outros oficiais que estiveram no país caribenho e que igualmente ocupam altos postos no atual governo. Outro aspecto das operações naquele país, é que a “turma do Haiti” estabeleceu maiores contatos com militares norte-americanos no âmbito da missão. Coincidência ou não, mas é este grupo de oficiais que detêm maior presença e influência no governo.

Voltando à cena nacional, desde o golpe que depôs Dilma em 2016, os militares vêm intensificando sua participação na cena política, respaldando e sendo agentes do golpismo e ocupando um papel crescente no Estado brasileiro. Bolsonaro, seu-vice, Mourão, e mais de uma centena de militares ocupam postos do alto comando

do Executivo. Eles têm implementado medidas que ferem a soberania nacional e não se mostram incomodados com isso, pelo contrário, estão totalmente sintonizados com a agenda ultraliberal, com os interesses do capital monopolista e estão de acordo com a subordinação brasileira ao imperialismo.

Por outro lado, não existe nenhum indício da existência, ou do surgimento, de uma corrente “nacionalista” entre os militares. Como dissemos, a que ainda existia foi aniquilada pela ditadura militar. Isso não quer dizer que não possam existir militares com esse perfil, mas não existe, e não parece haver condições, na atual configuração da estrutura, organização e doutrina das Forças Armadas, espaço para uma articulação de tal tipo. Por isso, esperar algo dos militares, ou de alguma ala sua, que possa romper com a ofensiva da classe dominante e perfilar ao lado das forças democráticas e populares é uma ilusão perigosa.

Aliás, essas ilusões podem levar há lugares e posições distantes das defendidas pelas forças democráticas e populares. Um bom exemplo é Aldo Rebelo, que hoje minimiza a participação dos militares no golpe de 1964, onde estes teriam entrado “de última hora; que acha correto o discurso cínico de Bolsonaro e dos militares em defesa da Amazônia contra a interferência estrangeira (ignorando que os mesmos estão totalmente subordinados aos EUA e que os militares aprofundaram a inter-

ferência estrangeira na Amazônia durante a ditadura); sem mencionar o fato de a política do governo é totalmente alinhada aos interesses do agronegócio, das mineradoras e dos garimpos, responsáveis pela destruição de reservas ambientais e de territórios indígenas.

Aldo, que foi ministro da Defesa no governo Dilma, declarava ontem como correta a decisão do STF em não rever a Lei da Anistia, por isso não surpreende que hoje defenda ampliar a presença militar na Amazônia e que não enxerga problemas na grande participação de militares no governo. Afinal de contas, as forças militares, atualmente, são patrióticas, profissionais e legalistas. Que mal haveria?

Na verdade, precisamos encarar que as Forças Armadas realmente existentes no Brasil são antidemocráticas, antipopulares e reacionárias. O que nos cabe então é fazermos um balanço acerca do que fizemos e deixamos de fazer sobre o tema, enquanto estivemos no governo, e colocarmos o assunto como uma questão fundamental da nossa política e do debate público.

Precisamos ter outra postura para voltarmos a ter uma ala nacionalista e legalista no futuro, o que é imprescindível para construirmos mudanças profundas na sociedade e no Estado brasileiro. ★

Marcos Jakoby é professor e militante petista.

FALA JANDYRA

Página 13 entrevista Jandyra Uehara, da executiva nacional da CUT, integrante do Diretório Nacional do PT e dirigente nacional da Articulação de Esquerda

Página 13: Governo de extrema direita destruindo a soberania, a liberdade e os direitos. E os partidos de centro-direita tentando cooptar a esquerda. Neste contexto qual a importância do Concut?

Jandyra Uehara: Desde o golpe de 2016, a classe trabalhadora e as suas organizações estão sob ataques violentos, uma verdadeira guerra para reduzir direitos ao mínimo, entregar riquezas, empresas e serviços públicos para a exploração do grande capital e destruir o movimento sindical combativo. As frações da coalizão golpista têm interesses específicos que se chocam, e adotam várias táticas para atingir os seus objetivos: do ataque frontal dos bolsonaristas às tentativas de cooptação e de “diálogo” do mal denominado “centrão”. Em comum, as frações golpistas têm o programa ultraneoliberal e a submissão aos interesses imperialistas. Quanto à amplitude dos ataques às organizações, aparecem divergências que tem relação direta com os interesses e perspectivas de cada fração: com o objetivo de fortalecer e enraizar a extrema direita, os bolsonaristas querem a destruição imediata das organizações da classe trabalhadora; a centro-direita quer se cacifar como alternativa ao bolsonarismo e, para tanto, enfraquecer as organizações a conta-gotas e cooptar parte dos sindicalistas para seu projeto de substituir Bolsonaro mantendo os pilares do mesmo programa ultraneoliberal. É neste contexto que Rodrigo Maia propõe a PEC da Reforma Sindical em contraposição à anunciada pelo governo Bolsonaro, acenando com a incorporação de pontos defendidos pelas Centrais Sindicais.



Jandyra Uehara

O 13º Concut deve reafirmar que para mudar a correlação de forças e derrotar os golpistas é preciso priorizar a organização, a mobilização e as lutas da classe trabalhadora – sem ilusões com atalhos, brechas que se abrem com as fissuras do lado de lá devem ser aproveitadas para combater o conjunto da coalizão. Todos os nossos esforços devem ser dedicados à unidade das classes trabalhadoras organizando e politizando as lutas de todos os setores explorados e oprimidos no combate à política de destruição de direitos e da democracia. É indissociável, indivisível e interdependente a luta pelos direitos e pela democracia, que só poderá ser retomada com justiça e liberdade para Lula e a revogação das contrarreformas dos golpistas.

Página 13: Além da discussão política geral, que outras questões estarão em debate no Concut?

Um debate fundamental, inclusive para cumprir as tarefas políticas exigidas na conjuntura, é ampliar a representação e fortalecer a organização cutista. A CUT nasceu no período “pré-neoliberal”, fez 36 anos e hoje sente os

“ O 13º Concut deve reafirmar que para mudar a correlação de forças e derrotar os golpistas é preciso priorizar a organização, a mobilização e as lutas da classe trabalhadora – sem ilusões com atalhos, brechas que se abrem com as fissuras do lado de lá.”

impactos que o neoliberalismo e a reestruturação produtiva operaram no Brasil a partir dos anos 1990. Com mudanças profundas no mundo do trabalho, a crescente desindustrialização, a destruição de postos de trabalho nos setores organizados, a fragmentação das categorias, a precarização, a terceirização, o aumento da informalidade e do desemprego nos últimos anos, a CUT hoje representa as categorias organizadas do setor público e privado – urbano e rural – que são minoritárias em relação ao conjunto da classe trabalhadora. É preciso uma reorganização que fortaleça e priorize os sindicatos de base, crie novas formas de organização e amplie a representação com base no fortalecimento da organização horizontal; que combata a fragmentação e unifique o movimento sindical na luta, fundindo sindicatos numa mesma base territorial; unificando trabalhadores de diferentes vínculos empregatícios; organizando quem está na informalidade, nas plataformas digitais e os desempregados – além, é claro, de fortale-

cer os sindicatos das categorias organizadas.

Isto exige mudanças profundas, que não são fáceis de implementar. A primeira dificuldade é que diferente do período de fundação da CUT, marcados por intensas lutas sociais e do surgimento de novas lideranças sindicais, ainda não há um movimento intenso e de massas que questione as organizações, impulse mudanças e seja capaz de desengessar as estruturas existentes; movimento que depende da disposição de luta e de mudanças tanto das direções dos sindicatos como de suas bases.

Outro ponto fundamental do debate é a necessidade de democratizar a CUT. Uma das medidas é reduzir a cláusula de barreira de 20% para 5% na eleição da direção executiva, pois esta regra impede a real representação de uns e amplia artificialmente a representação de outros – e exerce pressão pela formação de chapa única, sob pena de uma corrente política ou setor ficar fora da direção mesmo tendo representatividade.

Outra medida é retomar a participação das bases nos processos congressuais e decisórios, voltar a ser uma central de militantes e não de maioria de dirigentes de grandes sindicatos. Desde o 3º Congresso (1988), acabou a distinção entre diretoria e base nas eleições de delegados aos congressos da CUT, que ocorria de acordo com critérios de proporção que garantiam delegados e delegadas que não compunham as direções dos sindicatos filiados. Como resultado, ao invés de ampliar, reduziu-se enormemente a presença de trabalhadores das bases nos congressos. Queremos a base de volta nas decisões da CUT. ★



Contribuição ao debate

Este texto da Articulação de Esquerda foi publicado no caderno de teses ao 13º Concut

■ **Eliane Bandeira e Silva**

■ **Expedito Solaney**

■ **Ismael César José**

■ **Ivônia Aparecida Ferreira**

■ **Jandyra M. Uehara Alves**

■ **Rubens Marques**

A crise do capitalismo neoliberal em todo o mundo mostra para as classes trabalhadoras que, diferentemente do que aconteceu em outras fases do desenvolvimento capitalista, é cada vez menor a chance de convivência pacífica entre o capitalismo, de um lado, e as políticas de bem estar social e as liberdades democráticas, de outro.

No Brasil, ao perceber que não conseguiam derrotar a classe trabalhadora dentro das regras estabelecidas, a grande burguesia brasileira e internacional e as cúpulas do judiciário, das forças armadas, dos partidos de direita, das igrejas conservadoras e da grade mídia monopolista formaram uma coalizão golpista. Sua unidade está ancorada não apenas no ideário ultraconservador e no antipetismo, mas principalmente em três eixos programáticos: alinhar o Brasil com os interesses geopolíticos dos EUA, reduzir as liberdades democráticas e ampliar a exploração da classe trabalhadora – sua finalidade última.

Para atingir este fim os capitalistas vêm reduzindo o preço da força de trabalho (salários diretos) e os investimentos em educação, moradia, transporte público, saúde, assistência e previdência (salários indiretos). Atuam, assim, para aumentar a massa de tempo em que os trabalhadores e trabalhadoras são explorados

ao longo de suas vidas, baixar a média salarial por hora trabalhada e ampliar, em termos absolutos e relativos, a parcela do orçamento público destinada aos capitalistas por meio do pagamento de juros e amortização da dívida pública, da anistia de dívidas empresariais, da maior permissividade com a sonegação fiscal, das terceirizações e das privatizações, entre outros mecanismos.

Este é o sentido geral da agenda que vem sendo implementada no país, com destaque para as antirreformas trabalhista e da previdência e a Emenda Constitucional 95. Para levar adiante esta ofensiva contra a classe trabalhadora, depuseram Dilma sem crime de responsabilidade, prenderam Lula sem provas e o impediram de disputar as eleições presidenciais e, assim, pavimentaram o caminho para a eleição de Bolsonaro.

É preciso reconhecer que o conjunto da classe trabalhadora e das forças populares, democráticas e de esquerda sofreu uma derrota de profundas dimensões. O fato de não conseguirem nos aniquilar, de seguirmos existindo e resistindo não pode servir para esconder o caráter estratégico desta derrota, em pelo menos dois sentidos: por um lado, esgotou-se a estratégia de melhorar a vida dos trabalhadores sem enfrentar os principais instrumentos de poder dos capitalistas; por outro lado, os rumos do país sofreram uma guinada brutal, abrindo um nefasto período da história brasileira.

Para que a luta de classes tivesse este desfecho foi decisivo que o campo democrático-popular tenha perdido o apoio de amplas parcelas de trabalhadores e trabalhadoras. Conquistamos este apoio – e o ódio dos capitalistas –

“**A defesa das liberdades democráticas passa necessariamente pela luta por Lula Livre, a defesa dos direitos sociais passa necessariamente pela luta contra as antirreformas neoliberais e a defesa da soberania nacional passa necessariamente pela luta contra as privatizações, o desmonte do Estado e o domínio do capital financeiro sobre a economia brasileira.**”

por nossos acertos. No entanto, o perdemos não somente em função da ofensiva golpista, mas também pelos erros cometidos, decorrentes da ilusão de que a burguesia ou alguma de suas frações poderia ser verdadeira e permanente aliada das classes trabalhadoras em um projeto de desenvolvimento com inclusão social e combate às desigualdades.

Neste sentido, mesmo que haja diferenças e contradições importantes no interior da coalizão golpista, mesmo que explorar estas contradições seja necessário para fortalecer a oposição ao governo Bolsonaro é preciso enfatizar que a unidade desta coalizão é mantida em torno de seus eixos programáticos fundamentais. Por isso, apesar de suas diferenças, as várias frações desta coalizão vêm demonstrando nitidamente que

não abrem mão de manter os direitos do povo sob ataque, Lula na cadeia e um representante seu na Presidência da República – ainda que, em algum momento, isso possa significar descartar Bolsonaro.

Além disso, a principal arma do governo para enfrentar sua impopularidade e seu desgaste diante da recessão, do desemprego e da eliminação de direitos é a política, terreno no qual predomina a posição do núcleo duro bolsonarista: endurecer, atacar os inimigos, travar a disputa ideológica, insistir nas suas posições políticas originais, polarizar, marcar posição, acumular forças, “misturar gestão e política” o tempo todo.

Vista globalmente a situação, podemos dizer que – apesar das dificuldades, das divergências entre eles e de nossa resistência – a coalizão reacionária que sustenta o governo Bolsonaro vem conseguindo implementar seu programa antinacional, antipopular e antidemocrático.

A defesa das liberdades democráticas passa necessariamente pela luta por Lula Livre, a defesa dos direitos sociais passa necessariamente pela luta contra as antirreformas neoliberais e a defesa da soberania nacional passa necessariamente pela luta contra as privatizações, o desmonte do Estado e o domínio do capital financeiro sobre a economia brasileira. Portanto, a oposição ao governo Bolsonaro só será capaz de abrir uma nova janela histórica para o avanço da classe trabalhadora se for global e orientada pelo objetivo de derrotar a coalizão golpista em seu conjunto.

Isso envolve não ter ilusões com as aparentes fissuras nesta coalizão, bem como denunciar e

desmascarar não apenas os setores identificados com o governo Bolsonaro, como também os demais golpistas que agora se apresentam como defensores da democracia enquanto seguem compactuando com a entrega das riquezas e patrimônio nacionais, com a destruição de direitos, com a prisão de Lula e com a destruição das organizações da classe trabalhadora.

Para termos êxito na luta em defesa dos direitos sociais, das liberdades democráticas e da soberania nacional será preciso uma mudança na correlação de forças cuja magnitude ultrapassa, em muito, o deslocamento de setores da centro-direita para o campo de oposição ao governo Bolsonaro ou de frações do judiciário para a “defesa do Estado democrático de direito”: é preciso recuperar e ampliar o apoio perdido na classe trabalhadora.

Levar a cabo o desafio prioritário de restabelecer os laços entre a maioria do povo e os setores democráticos, populares e de esquerda envolve reconhecer que a luta de classes atingiu um novo patamar, a burguesia se unificou em torno de uma estratégia de combate frontal com a classe trabalhadora e o país vive um novo momento histórico. Neste cenário, não se pode esperar que a insistência em fórmulas passadas – como as ilusões com a conciliação de classes e o republicanismo – resultem agora nos mesmos resultados de antes.

A única aliança capaz de transformar o Brasil é a unidade entre a classe trabalhadora assalariada e a classe trabalhadora de pequenos proprietários. É preciso construir uma estratégia centrada na organização e mobilização da classe trabalhadora e orientada

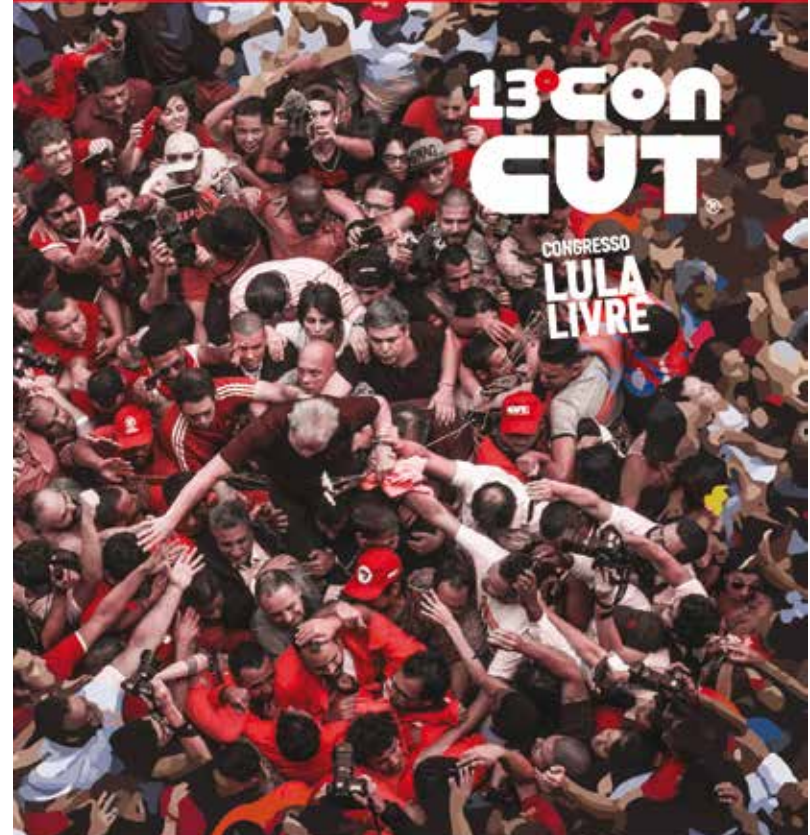
pelo objetivo de ser poder para realizar reformas estruturais democrático-populares e construir o socialismo.

Portanto, torna-se indispensável superar a influência no movimento sindical cutista de uma estratégia partidária centrada em disputas eleitorais e limitada pelo objetivo de ser governo para desenvolver políticas públicas, onde a ação institucional e a atuação nas esferas de concertação política prevalecem sobre a organização, a luta social e a luta de classes.

Mais do que nunca, é necessário resgatar na estratégia e nas ações práticas o entendimento de que “A CUT faz avançar a luta de classes quando consegue impulsionar as lutas sindicais, articular as lutas econômicas com os objetivos políticos, organizar e elevar o nível de consciência de classe, apontar para a construção de uma sociedade socialista, mas não deve ser confundida com um partido político, e manterá sempre sua independência em relação ao poder de Estado e autonomia frente aos partidos políticos”. (Resoluções do 2º Congresso da CUT, agosto de 1986).

Há no interior da CUT posições divergentes sobre o balanço do movimento sindical nos governos Lula e Dilma, na caracterização do governo Bolsonaro e também sobre qual estratégia deve ser adotada contra a coalizão golpista. De 2015 a 2018, a CUT teve um papel fundamental na resistência e na luta contra o golpe e houve uma grande unidade política em torno da tática de enfrentamento, inclusive quando lutamos tanto em defesa da democracia quanto pela mudança da política econômica do governo Dilma.

Caderno de Subsídios



13º CONGRESSO CUT LULA LIVRE

PRAIA GRANDE - SP | 07 A 10 DE OUTUBRO 2019

SINDICATOS FORTES, DIREITOS, SOBERANIA E DEMOCRACIA

Mas após a vitória de Bolsonaro, em diferentes ocasiões, reapareceu a ilusão com a possibilidade de diálogo, de acordos ou de alianças com setores golpistas, mostrando que embora muitas das resoluções aprovadas na Central indiquem o caminho da luta de classes, da confrontação e da organização, na prática, não está superada a estratégia de conciliação, que segue presente em ações e prioridades da parcela majoritária da Articulação Sindical, tendência que dirige há décadas a CUT e a maioria dos sindicatos.

Muitas iniciativas foram tomadas pelo núcleo central do grupo dirigente sem que fossem convalidadas pela direção nacional cutista, desde posições de estabelecer “um canal de diálogo com o governo e fazer oposição com proposição” como via “para a construção de consensos políticos, econômicos e sociais fundamentais ao êxito de qualquer

administração e do desenvolvimento do Brasil” em carta assinada por seis centrais sindicais em 1º de janeiro de 2019, passando por audiência com Mourão, até a assinatura de Manifesto escrito e proposto por Dias Toffoli em defesa do STF, onde consta que “a Suprema Corte é insubstituível para o país e é dever de todos a sua defesa, pois, sem ela, nenhum cidadão está protegido”.

O STF é a suprema corte de um Estado oligárquico e autoritário, que ao longo da história respaldou diversos golpes e ataques à democracia, culminando na participação no impeachment da presidenta Dilma, na prisão de Lula e no seu impedimento na eleição presidencial de 2018.

Mais recentemente, difundiu-se a ideia de aproximação com setores do empresariado supostamente insatisfeitos com Bolsonaro e a avaliação de que no parlamento o chamado centrão



“ A CUT deve priorizar a construção de alianças orgânicas – no trabalho de base e na luta de massas – com os movimentos populares, a aliança estratégica com as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, assegurando a autonomia e as posições políticas da Central e investindo fortemente na construção da unidade do campo democrático e popular. ”

pode vir a apoiar uma proposta de legislação que se contraponha às ofensivas do governo para destruir o movimento sindical combativo.

Esses exemplos mostram tentativas de requestrar a velha tese da conciliação, da possibilidade de alianças com frações dos inimigos, sem levar em conta que só conseguiremos mudar a correlação de forças se priorizarmos a organização, a mobilização e as lutas da classe trabalhadora. A dispersão de forças do lado de lá não significa, necessariamente, acúmulo de forças do lado de cá. Não existem atalhos e não há o que negociar com a coalizão reacionária. Nossos melhores esforços devem ser dedicados à unidade das classes trabalhadoras, acolhendo, organizando e politizando as lutas de todos os setores explorados e oprimidos no combate à política ultraneoliberal e de extrema direita da coalizão golpista que sustenta o governo Bolsonaro.

Mas isto se concretiza na disputa das bases das centrais pelegas e não nos acordos de cúpula. A aliança com as Centrais sindicais que não atuam no campo popular deve ter natureza pontual na organização das lutas comuns, sem rebaixamento tático ou programático e sem abdicar da disputa político ideológico nas suas bases.

A CUT deve priorizar a construção de alianças orgânicas – no trabalho de base e na luta de mas-

sas – com os movimentos populares, a aliança estratégica com as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, assegurando a autonomia e as posições políticas da Central e investindo fortemente na construção da unidade do campo democrático e popular.

Aos 36 anos, a CUT é o maior e mais importante instrumento de luta sindical da classe trabalhadora brasileira, dirigindo a luta por melhores salários e condições de trabalho, menores jornadas, mais empregos e direitos. Após o período de ascenso das lutas sociais que marcaram a primeira década de existência da CUT, cresceram no seu interior posições políticas, ideológicas e práticas distantes do sindicalismo combativo, democrático e de massas que marcaram seu nascedouro. Este processo ocorreu em meio a profundas e complexas transformações no mundo do trabalho decorrentes do neoliberalismo e da reestruturação produtiva e inserido em uma crescente burocratização, fragmentação, adaptação à estrutura sindical atrelada ao estado e despolitização do movimento sindical.

O anticapitalismo deu lugar ao antineoliberalismo, as políticas de negociação economicistas prevaleceram e cada vez mais o modelo sindical europeu influenciou a CUT, ignorando um diferencial básico: a ausência de um Estado de bem estar social, de uma democracia burguesa consolidada e de liberdade e autonomia sindical no Brasil.

Na Constituição de 1988 não conseguimos a liberdade e a autonomia sindical, pois foram mantidos o imposto sindical compulsório, a unicidade e a intervenção do Estado. Com o passar do tem-

po, a luta por mudanças e democratização do modelo sindical foi secundarizada e a acomodação à estrutura sindical cresceu. A lei de reconhecimento das centrais sindicais em 2007, além de favorecer a fragmentação sindical, consolidou o processo de adaptação e acomodação à estrutura sindical atrelada ao Estado, com destaque à destinação de parcela do imposto sindical às centrais, o que na CUT significou também o crescimento da estrutura e da burocracia sindical.

Com a antirreforma trabalhista, as MPs 871 e 873 e outras medidas que se anunciam, como o fim da unicidade sindical e até mesmo das prerrogativas do artigo 8º da Constituição Federal, os governos golpistas de Temer e Bolsonaro estão rapidamente destruindo a estrutura e o financiamento para aniquilar a organização sindical e destruir a resistência organizada da classe trabalhadora.

O enfrentamento da situação e a própria existência da CUT com seus propósitos originais exige uma política de combate sustentada pela conscientização e mobilização da classe trabalhadora associada a um novo modelo de organização.

Assim como a maioria das organizações do campo popular e socialista, a CUT está chamada a mudar a sua estrutura, organização, funcionamento, métodos de trabalho e de direção; organização na base, relação com as classes trabalhadoras, mobilização e luta sindical; conteúdos e práticas de comunicação e formação política de base e de dirigentes; organização nos locais de trabalho ampliados e adaptados à nova realidade; política de organização junto a quem foi empurrado



para o desemprego e a miséria. A questão principal é nosso diálogo e enraizamento junto a uma classe trabalhadora diferente, mais precarizada, mais fragmentada, mais influenciada por pensamentos capitalistas e de direita.

É vital fortalecer os laços e a confiança da classe trabalhadora em relação às organizações sindicais e no trabalho de base fazer a disputa político-ideológica. A formação política e cultural na perspectiva da luta de classes é fundamental para a renovação e reconstrução de um movimento sindical radical, anticapitalista, socialista, financiado pelos trabalhadores e trabalhadoras e profundamente enraizado nas suas bases.

Diferente do período de fundação da CUT, marcados por intensas lutas sociais, de ascenso da classe trabalhadora, do surgimento de novas lideranças sindicais, estamos sendo desafiados a fazer mudanças desprovidos de um movimento intenso e de massas da classe trabalhadora que impulsiona e seja capaz de desengessar as estruturas da CUT, movimento que depende da disposição de luta tanto das direções das organizações populares e sindicais como de suas bases. Será preciso democratizar radicalmente a CUT, retomar a participação das bases nos processos congressuais e decisórios, voltar a ser uma central de militantes e não apenas de dirigentes de grandes sindicatos.

Em decorrência das políticas neoliberais, das mudanças profundas no mundo do trabalho e da reestruturação produtiva, a CUT hoje representa as categorias organizadas do setor público e privado minoritárias em relação ao conjunto da classe trabalhadora.

É preciso uma reorganização que fortaleça e priorize os sindicatos de base, crie novas formas de organização e amplie a representação dos trabalhadores e das trabalhadoras com base nos territórios e no fortalecimento da organização horizontal; que combata a fragmentação e unifique o movimento sindical, na luta e – como decorrência – nas estruturas, fundindo sindicatos numa mesma base territorial; que incorpore todos trabalhadores e trabalhadoras da mesma base sindical independente do tipo de vínculo empregatício; que organize os trabalhadores e trabalhadoras informais, das plataformas digitais e a luta dos desempregados.

É preciso fortalecer a organização das mulheres trabalhadoras na base ao mesmo tempo em que continuamos a luta contra a violência sexista e para a superação do machismo que continua presente no movimento sindical.

A CUT deve avançar na luta pelos direitos dos negros e negras, que são maioria na classe trabalhadora, com o entendimento de que o racismo é parte estruturante da exploração capitalista no Brasil.

A CUT deve continuar engajada na organização das lutas pelos direitos das lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, bem como dos povos indígenas e trabalhadores e trabalhadoras com deficiência, fortalecendo a defesa dos direitos humanos no mundo do trabalho.

No 13º Concut é fundamental aprofundar o debate político, trazer à tona as divergências reais e construir uma sólida unidade em torno de uma política de enfrentamento à coalização golpista. É

preciso também avançar na defesa das nossas organizações contra a criminalização da ação política e sindical e lutar por LULA LIVRE junto às nossas bases organizadas. A luta pelos direitos é indissociável da luta por democracia e, portanto, pela liberdade de Lula. Mas a mobilização pela liberdade de Lula ainda está circunscrita aos dirigentes sindicais e à vanguarda da classe trabalhadora. Lula só será libertado por obra da ação consciente de milhões de trabalhadores e trabalhadoras nas ruas.

A Articulação de Esquerda participa ativamente do processo de unidade que é fundamental para a sobrevivência da CUT. Porém, isto não significa ocultar as divergências de concepção política e organizativa que existem no interior da Central, que são fundamentais para construir uma unidade política real e fazer deste Congresso um marco político e organizativo na história da classe trabalhadora à altura dos desafios e das gigantescas dificuldades impostas pela conjuntura política no capitalismo em crise. ★

Lula Livre! Viva a CUT! Viva a classe trabalhadora!

Eliane Bandeira e Silva é Presidenta da CUT Rio Grande do Norte;

Expedito Solaney é da direção nacional da CUT;

Ismael César José é Secretário Nacional Adjunto de Políticas Sociais e Direitos Humanos;

Ivônia Aparecida Ferreira é da direção nacional da CUT;

Jandyra Massue Uehara

Alves é Secretária Nacional de Políticas Sociais e Direitos Humanos;

Rubens Marques é Presidente da CUT Sergipe

Agenda 2020

Adquira a sua em editorapagina13.org.br

R\$ 10,00 + frete

Envio a partir de 15 de outubro

Para quantidades superiores a 10 unidades enviar email para associacaopg13@gmail.com

Página 13



Prestando contas

Direitos humanos e políticas sociais na CUT: 2015-2019

■ Jandyra Uehara Alves e Ismael César

A Secretaria Nacional de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT (SPSDH) buscou contribuir para organizar a resistência e a luta da classe trabalhadora no contexto de um estado de exceção, engendrado pelo golpe de 2016 que inaugurou um período brutal de retrocessos e de ataques às políticas de inclusão social e aos direitos humanos no país.

Aqui faremos um apanhado geral das ações realizadas sob a coordenação da SPSDH, relativas às suas atribuições, embora inúmeras outras atividades de grande relevância tenham acontecido especialmente sob a orientação da Secretaria Geral ou em conjunto com a Secretaria de Mobilização e a Secretaria de Relações Internacionais.

Em 2015, o 12º Congresso Nacional da CUT acrescentou às competências da Secretaria ações relacionadas aos direitos humanos, que foram consolidadas com a Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT. Desde então, a SPSDH assumiu as tarefas de encaminhar as políticas e as recomendações que constam no Relatório Final da Comissão, em trabalho integrado com o Centro de Documentação e Memória Sindical (Cedoc).

Em 2015, a CUT assinou junto com as outras centrais a representação ao Ministério Público que deu origem ao Inquérito Civil que investiga as violações dos direitos humanos por parte da Volkswagen durante a ditadura militar. Este inquérito está em conclusão, mas já se comprovou e reconhe-

ceu a cooperação com a ditadura na repressão aos trabalhadores. Seguimos com o acompanhamento das cooperações das empresas com a ditadura militar e, por meio do Cedoc, integramos desde 2018 a Rede de Estudos sobre Processos Repressivos, Empresas, Trabalhadores/as e Sindicatos, com entidades e pesquisadores nacionais e internacionais.

Ainda em 2016, a SPSDH iniciou o acompanhamento do Grupo de Trabalho criado pela Portaria nº 517, do Ministério do Trabalho, editada às vésperas do golpe, com o objetivo de levantar as entidades sindicais que sofreram intervenção no período investigado pela Comissão Nacional da Verdade. O governo Temer não extinguiu o GT, mas iniciou os trabalhos de forma precária, o que resultou em breves levantamentos nos arquivos, quando, mais uma vez, foi verificado péssimo estado de preservação da documentação. Em 2017, junto com o CEDOC, a SPSDH realizou o Seminário sobre Empresas e as Violações aos Direitos Humanos.

No âmbito do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), foram articuladas iniciativas em defesa dos trabalhadores da Ford, com a organização de audiências e encontros, com o objetivo de garantir a reparação aos trabalhadores perseguidos durante a ditadura, com a cumplicidade das empresas privadas. Ainda no CNDH, foi realizada intervenção em favor dos atingidos pelo crime das barragens da Samarco em Mariana, e recentemente de Brumadinho pela Vale do Rio Doce.

“A atual conjuntura mostra o acerto da CUT em introduzir na agenda sindical a defesa dos direitos humanos no mundo do trabalho. Em 2016, a conquista da titularidade no CNDH foi muito importante para que as posições defendidas pela CUT de denúncia, resistência e luta fossem pautadas e balizassem muitas das decisões do Conselho.”

Em fevereiro de 2019, a SPSDH, em parceria com o Solidarity Center (AFL-CIO), realizou o seminário “Democracia, direitos humanos e segurança na ação sindical cutista” com o objetivo de dar início à construção de um plano de segurança da CUT e iniciar a preparação das entidades sindicais para lidar com este novo cenário da luta de classes, no qual a segurança das pessoas, dos espaços físicos, das manifestações e das informações são fundamentais.

A atual conjuntura mostra o acerto da CUT em introduzir na agenda sindical a defesa dos direitos humanos no mundo do trabalho. Em 2016, a conquista da

titularidade no CNDH foi muito importante para que as posições defendidas pela CUT de denúncia, resistência e luta fossem pautadas e balizassem muitas das decisões do Conselho, a exemplo das seguintes recomendações: contra a decisão do governo de não divulgar a lista suja do trabalho escravo; contra a reforma trabalhista; sobre as violações dos direitos humanos causadas com a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 95 (teto de gastos públicos); em defesa dos imigrantes venezuelanos no Brasil; em defesa da participação social e contra o fim dos Conselhos e Conferências; em favor das populações atingidas por barragens; e contra a reforma da previdência.

Por proposta da CUT foi constituída no âmbito do CNDH, na Comissão Permanente do Trabalho, Educação e Seguridade Social, sob coordenação do representante cutista e que se tornou espaço para receber denúncias, formular proposições e definir missões.

Desde 2013, a CUT tem sido eleita para compor o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT), mas o governo Bolsonaro não só faz a apologia criminosa da prática da tortura como desarticulou o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPTC) e a Comissão de Mortos e Desaparecidos com a destituição de seus membros, além da paralisia nos processos de anistia e da revisão ilegal de diversos julgamentos realizados pela Comissão de Anistia, com base em conceitos pró-regime militar, entre outros ataques.

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido nas gestões anteriores através do Coletivo Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras com Deficiência, em parceria com a Solidary Center (AFL-CIO), entre 2016 e 2018 fizemos os Encontros de Trabalhadores e Trabalhadoras com Deficiência com o objetivo de levantar as realidades e demandas prioritárias de cada estado e região do país, definindo desta forma as ações concretas a serem desenvolvidas.

A ação da CUT no Conselho Nacional da Pessoal com Deficiência (CONADE), tem sido marcada pela resistência e pela denúncia desde o governo ilegítimo de Temer que iniciou o processo de enfraquecimento do Conselho, e atualmente com ataques sistemáticos de Bolsonaro e ameaças de extinção dos mecanismos de controle social.

As atividades de fiscalização sobre trabalho escravo e trabalho infantil também foram muito reduzidas juntamente com restrições ao acesso às políticas de combate às desigualdades sociais a exemplo do Bolsa Família, além dos ataques políticos do governo da extrema direita.

A CUT como membro da Coordenação Colegiada e do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) tem participado ativamente da luta pelo fim do trabalho infantil na perspectiva de que o Brasil cumpra todos os acordos firmados com os organismos internacionais e a legislação nacional.

Um dos primeiros atos do des-governo golpista de Temer foi um decreto que mudou a composição e eleição do conselho nacional, extinguindo a competência do Conselho Nacional das Cidades e retirando da Conferência o direito de eleger os novos integrantes do colegiado, transferindo para o governo a indicação. Logo após, o governo cancelou a realização da Conferência e o governo Bolsonaro dissolveu o Ministério das Cidades. A CUT coordenou a bancada do segmento dos trabalhadores, integrando ainda o GT sobre mobilidade urbana em conjunto com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL), além de outras ações em defesa de políticas urbanas para a classe trabalhadora.

Em novembro de 2018, em parceria com o Solidarity Center, a SNPSDH realizou o 1º Encontro Nacional LGBT da CUT com os seguintes objetivos: analisar a situação da população LGBT no mundo do trabalho; estabelecer os desafios e tarefas da CUT na defesa dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras LGBT; contribuir para a organização dos trabalhadores e das trabalhadoras LGBT no movimento sindical cutista; consolidar os coletivos já formados no Distrito Federal, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, além de aprimorar a organização nos estados que ainda não têm coletivo formado; planejar a participação da CUT no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CNCD/

LGBT.

Em junho de 2019, a CUT realizou o seminário “LGBTs e o mundo do trabalho” em parceria com o Solidarity Center e outras entidades que encaminhou várias tarefas, entre as quais a elaboração de minuta de cláusulas e orientações aos sindicatos para incluir pautas LGBT nos acordos coletivos; inclusão de questões nas pesquisas; e orientação aos sindicatos para criarem espaços de organização de trabalhadores e trabalhadoras LGBT.

Precisamos de uma CUT profundamente enraizada na classe trabalhadora, na sua diversidade, presente nas lutas cotidianas e gerais, que organize também a luta dos segmentos mais vulneráveis e impactados pela avalanche de ataques sustentados por um governo e uma coalização golpistas a serviço da barbárie capitalista.

Diante das dificuldades impostas pela instabilidade e aceleração da conjuntura, da magnitude e violência dos ataques contra a classe trabalhadora e a partir das condições políticas e materiais que nos foram dadas, a SPSDH buscou contribuir efetivamente para estes objetivos. Fizemos o que foi possível, mas certamente nem tudo o que era necessário. ★

Jandyra Uehara Alves é Secretária Nacional de Políticas Sociais e Direitos Humanos; **Ismael César** é Secretário Nacional Adjunto de Políticas Sociais e Direitos Humanos.



“ Em junho de 2019, a CUT realizou o seminário “LGBTs e o mundo do trabalho” em parceria com o Solidarity Center e outras entidades que encaminhou várias tarefas, entre as quais a elaboração de minuta de cláusulas e orientações aos sindicatos para incluir pautas LGBT nos acordos coletivos; inclusão de questões nas pesquisas; e orientação aos sindicatos para criarem espaços de organização de trabalhadores e trabalhadoras LGBT.





Classe, substantivo feminino

Contribuição ao debate sobre a organização sindical das mulheres



No Brasil, através de muitas lutas, as mulheres conquistaram direitos. No entanto, tais conquistas continuam muito aquém da abolição das desigualdades históricas a que estão submetidas numa sociedade capitalista e patriarcal.

Ao longo dos governos do PT de Lula e Dilma, houve melhorias significativas na vida das mulheres, sobretudo das mulheres trabalhadoras.

O golpe contra a presidenta Dilma, a prisão política de Lula e interdição da sua candidatura e a eleição de Bolsonaro abriram um ciclo de retrocessos marcado pela retirada de direitos, ataque às liberdades democráticas e à soberania nacional, perseguição e criminalização da esquerda e dos movimentos sociais, aumento da pobreza, do desemprego e da violência. Tudo isso foi acompanhado de uma contrarreação patriarcal no que diz respeito à cultura, costumes e direitos que vínhamos, por décadas, lutando para serem reconhecidos.

Juntamente com a destruição dos direitos da classe trabalhadora, vemos o ascenso do ultraconservadorismo fundamentalista, que não apenas impede a consolidação de políticas para as mulheres, como promove profundos retrocessos nas conquistas de direitos e na luta pela autonomia feminina, median-

te o reforço da ideologia patriarcal, do controle dos corpos e da vida das mulheres.

Na educação, o projeto Escola sem Partido tem papel fundamental na consolidação de uma ideologia ultraconservadora, prevendo censura à liberdade de expressão e pensamento. A proposta proíbe a discussão sobre violência contra as mulheres e LGBTs, rompe com parâmetros científicos e desafia a barreira do Estado laico.

No capitalismo, a opressão de gênero atinge todas as mulheres. No entanto, a opressão e a exploração de classe atingem também as mulheres trabalhadoras. Assim, uma organização sindical de mulheres deve lutar contra as opressões de gênero e ir além: é necessário lutar também contra a superexploração das trabalhadoras, feita pela classe dos capitalistas e de todos e todas que estejam a seu serviço. A construção de uma sociedade livre do machismo, do racismo, da homofobia e de tantas outras formas de opressão ao mesmo tempo transcende e depende da superação do modo de produção capitalista, da construção de uma sociedade socialista.

O debate sobre as pautas das mulheres trabalhadoras na CUT avançou em relação às formulações que defendiam lutas por “etapas”, isto é, quando se dizia que “primeiro vamos resolver a luta de classes, para depois reivindicar direitos das mulheres”. Há um entendimento, hoje, que ambos os processos precisam ser feitos conjuntamente se quisermos aprofundar e acelerar o processo de organização das mulheres trabalhadoras nos sindicatos, que seguem sendo um instrumento indispensável e insubstituível da luta de classes e de organização das trabalhadoras.

Para isto, as organizações sindicais precisam incorporar as pautas das mulheres com prioridade no programa geral de lutas, sempre articulando classe, raça e gênero como estruturantes da desigualdade social e da superexploração do trabalho.

As opressões se conectam, promovendo graus cada vez maiores de exploração e de pobreza. É somente pautando o que tange a vida concreta que conseguiremos engajar e organizar as mulheres trabalhadoras no movimento sindical.

Para que possamos aumentar a organização das mulheres trabalhadoras no movimento sindical é preciso compreender a sua diversidade e também distinguir o papel do Partido, dos movimentos feministas e do movimento sindical. Embora haja pontos de intersecção e pautas comuns, a organização das mulheres nos sindicatos é uma tarefa insubstituível e fundamental no processo de emancipação e autonomia da classe trabalhadora.

As mulheres da classe dos capitalistas e aquelas que servem aos seus interesses, embora sofram opressão de gênero, tem interesses de classe antagônicos aos das mulheres trabalhadoras. Os feminismos liberais, neoliberais ou identitaristas tentam colocar identidade de gênero acima e/ou de forma antagônica à luta de classes. Para que possamos organizar as lutas das mulheres trabalhadoras contra a exploração de classe e as opressões de raça e gênero é preciso também identificar e combater a influência do feminismo liberal nas nossas organizações.

É fundamental combinar as lutas contra as políticas econômicas e as ideologias que atacam as mulheres trabalhadoras, não encerrando as declarações do governo

Bolsonaro e seus representantes como mera cortina de fumaça. É preciso enfrentar de forma contundente suas políticas conservadoras que são mais uma das inúmeras expressões de um sistema capitalista em crise profunda, que busca atacar os direitos da classe trabalhadora para aumentar os níveis de exploração e opressão. Ao mesmo tempo que se constrói o discurso de negação aos direitos políticos, econômicos e individuais das mulheres, as políticas públicas para estas são destruídas ou estranguladas por falta de verba. Os sintomas disto por todo o país são o encerramento das políticas de combate e prevenção às violências contra as mulheres, e o fechamento de delegacias especializadas e casas de acolhimento às vítimas.

O atual recrudescimento da pauta conservadora contra as mulheres confirma que nos períodos de crise como o que vivemos as classes dominantes reforçam o patriarcado com o objetivo de dividir a classe trabalhadora. É necessário, portanto, que as lutas contra a retirada de direitos, precarização do trabalho, desemprego, pela democracia e a liberdade do Presidente Lula caminhem juntas com as lutas em defesa de um Estado laico, que assegure os direitos políticos, econômicos, sociais, culturais, sexuais e reprodutivos das mulheres, pela descriminalização e legalização do aborto e com as lutas de combate ao racismo, ao machismo e à homofobia. Por isso, a agenda das mulheres cutistas não abre mão da luta por direitos, do enfrentamento ao Governo Bolsonaro e à coalização golpista e da liberdade de Lula.

A antirreforma da previdência atingirá brutalmente a vida das trabalhadoras e de suas famílias. A maioria das mulheres brasilei-

ras (56,9%) são chefes de família e vivem com seus filhos abaixo da linha da pobreza. Muitas estão no mercado informal, tendo a vida laboral instável, porque são as mulheres que têm mais dificuldades de entrar e permanecer no mercado de trabalho formal. Ao aumentar a idade mínima e o tempo de contribuição para o acesso à aposentadoria se desconsidera as jornadas dupla e tripla com o trabalho doméstico.

A Emenda Constitucional 95, que congelou os gastos primários por 20 anos, faz retroceder aceleradamente as políticas de inclusão social, saúde e educação para assegurar o pagamento dos juros da dívida. Entre outros retrocessos que atinge diretamente a vida das mulheres está a inviabilidade da aplicação do Plano Nacional de Educação (PNE) nas metas de atendimento de creche e educação infantil. A falta de creche inviabiliza a inserção das mulheres no mercado de trabalho, ficando reservado a elas postos de trabalhos flexíveis e precários para que consigam conciliar o cuidado dos filhos com o trabalho.

A antirreforma trabalhista, além prejudicar de forma mais intensa quem está em pior condição no mercado de trabalho, também contém dispositivos que atingem gestantes e lactantes comprometendo a saúde das mulheres. Além disso, em relação aos danos morais, as mulheres são prejudicadas também, pois a eventual punição passa a ser proporcional aos salários recebidos, e não mais à severidade do dano. Ou seja, torna-se mais barato assediar mulheres que ganham pouco.

No ano em que a Lei Maria da Penha completa 13 anos, o número de tentativas de feminicídios no Brasil aumentou para 77% no pri-



Foto Dino Santos

meiro semestre de 2019 se comparado ao mesmo período do ano anterior. Além disso, temos registrado 180 casos de estupro por dia, atingindo seu maior número desde 2009. Segundo dados de 2019 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a maior parte dessas violências acontece dentro do ambiente doméstico. Isso pode ser compreendido a partir de pelo menos três fatores: 1) os índices de violência contra as mulheres tiveram um aumento mediante a redução da qualidade de vida do conjunto das classes trabalhadoras; 2) os cortes orçamentários destinados às políticas voltadas às mulheres, sobretudo após a EC 95, reduziu drasticamente o investimento às políticas de prevenção e combate à violência contra a mulher; e 3) o próprio discurso empregado por Bolsonaro e membros de seu governo, legitimando uma posição de subordinação das mulheres diante dos homens, estimulou os atos de violência e a impunidade. O fato é que leis como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio só tem eficácia em regimes e governos democráticos, com políticas públicas que garantam o acolhimento, segurança e promoção de emprego e renda às mulheres trabalhadoras vítimas de violência.

No mundo do trabalho, apesar do aumento do número de mulheres que ingressam no setor pro-

ductivo, a maior parte delas ainda ocupa postos precarizados e de alta vulnerabilidade, principalmente as inseridas no setor informal da economia. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a inserção das mulheres (52,7%) em atividades produtivas, ainda é menor que a dos homens (71,5%), que apresentam uma remuneração média 28,8% maior que a das mulheres. Além disso, o rendimento médio das mulheres brancas é 70,5% maior do que o das mulheres negras.

A crise não apenas aumenta a desigualdade social como também a desigualdade entre homens e mulheres, uma vez que são as mulheres que mais sofrem com baixos salários, condições precárias de trabalho, dupla jornada e responsabilização pelo cuidado com filhos, idosos e pessoas com deficiência.

Com o aumento da crise, as mulheres também são as mais atingidas pelo desemprego, com cerca de 27,2% de mulheres jovens desempregadas. Do total de mulheres ocupadas, 23,3% trabalham sem carteira assinada, 23,9% exercem atividades por conta própria ou auxiliares da família. Isto significa que quase metade das mulheres inseridas no mercado de trabalho não está regulamentada.

Seja pela imposição social do

cuidado com a família, pelas restrições à uma possível gravidez ou pela atribuição de uma falsa incapacidade física e intelectual, as mulheres têm dificuldades de se manter no trabalho assalariado formal, dominado assim pelos homens. A divisão sexual do trabalho reserva espaços e constrói especificidades para empregar as mulheres que são frutos de uma organização social estruturada no patriarcado. Isto é, criou-se um estereótipo: se considera como atividades femininas aquelas relacionadas ao ambiente doméstico, como os cuidados com a casa e serviços gerais. Hoje, a maior parte das mulheres estão concentradas nas áreas da educação, saúde e serviços sociais (21%), comércio e reparação (19%) e serviços domésticos (14%).

Contraditoriamente, é derivado desta divisão sexual do trabalho o não reconhecimento dos saberes das parteiras como profissionais especializadas da área de saúde. Do mesmo modo, governos de Temer e Bolsonaro vem descumprindo o Plano Nacional de Saúde, que prevê a ampliação das casas de parto como instituições públicas de saúde na rede do SUS.

Atualmente, um dos setores que mais tem crescido é o do cuidado. A maior parte desse trabalho é informal e de baixa remuneração, fazendo com que muitas mu-



lheres precisem combinar mais de um tipo de atividade laboral para a obtenção de melhores rendimentos. É comum encontrar mulheres que trabalham no cuidado de pessoas, também são revendedoras de cosméticos e outros produtos e ainda são empregadas domésticas – uma combinação de trabalhos precarizados e informais.

A superexploração da força de trabalho das mulheres aparece com muita força na revenda de produtos, como utensílios domésticos e cosméticos para grandes empresas, as quais não garantem nenhum tipo de direito ou benefício. Geralmente, esse tipo de trabalho promove um embaralhamento entre o trabalho, o entretenimento e o consumo, dificultando a compreensão e a consciência da exploração a que estão submetidas.

A existência de famílias cuja única renda é provida por mulheres é uma constante na sociedade brasileira. Muitas destas estão desempregadas ou subempregadas, o que torna fundamental uma política sindical dirigida para a organização dos e das “sem emprego”. Isso significa promover uma organização que hoje engloba milhões de brasileiras e brasileiros, vivendo muitas vezes abaixo da linha da pobreza, sem acesso a quaisquer direitos.

Outro segmento econômico com participação massiva das mulheres é o da agricultura familiar. Boa parte dos alimentos que sustentam a vida da população é produzida em cooperativas de pequenas produtoras e produtores, muitas destas produzindo alimentos orgânicos saudáveis e prezando pela preservação dos recursos naturais. Parte significativa das pessoas organizadas no campo está na base da CUT ou de entidades parceiras. É preciso que haja

interlocução permanente entre a luta do campo e da cidade. Embora haja pautas específicas das realidades diversas, em muitas demandas há profundas interseções, devendo somar forças na luta contra a opressão e a exploração capitalista.

As manifestações do dia 8 de março nos últimos anos mostram o potencial das lutas das mulheres para impulsionar o movimento sindical contra a destruição dos direitos. Englobando a defesa dos direitos das trabalhadoras e da previdência articuladas com pautas específicas, é possível construir momentos importantes de resistência que contribuam para a organização das trabalhadoras em patamares muito superior aos atuais.

Uma das maiores manifestações contra o governo Bolsonaro e contra as políticas implementadas a partir do golpe contra Dilma foi a Marcha das Margaridas em agosto de 2019. Mais de cem mil mulheres, organizadas no campo, na floresta e na cidade foram à capital do país com pauta organizada de reivindicações por melhorias na qualidade de vida, por educação, saúde e segurança e contra as antirreformas da previdência e trabalhista.

Desde a sua fundação, as mulheres se organizam na CUT tanto para conquistar espaços de representação e decisão, quanto pela incorporação das suas pautas específicas nas lutas gerais da Central. No entanto, a atual conjuntura nos coloca outra tarefa fundamental: representar e organizar a maioria da classe trabalhadora. Precisamos avançar na representação, organização e na luta das mulheres dos setores organizados pelo movimento sindical, assim como na inclusão, representação, organização e mobilização das mulheres que

estão nos setores mais precários e informais da economia.

Para tanto, é preciso priorizar a construção de novas formas e metodologias de trabalho de base em conexão com as mulheres trabalhadoras, elevando o nível de consciência política e a capacidade organizativa, de ação e de luta. Desta forma, propomos a intensificação e/ou a incorporação dos pontos abaixo na política organizativa e no plano de lutas da CUT:

Investir na organização das trabalhadoras dos setores mais precarizados e informais, de acordo com as diretrizes aprovadas no 13º Concut;

Intensificar as ações em parceria com a Secretaria de Formação Política para formação e organização das mulheres da base, assim como formações mistas que visem universalizar a consciência sobre a realidade, desafios e especificidades que as mulheres trabalhadoras enfrentam no campo, na floresta e na cidade;

Construir metodologias de aproximação, acolhimento e organização das mulheres trabalhadoras nos diversos ramos da economia, no intuito de inseri-las nas organizações sindicais de base;

Construir coletivamente com as Secretarias de Mulheres estaduais uma pauta de luta por direitos para as mulheres que estão trabalhando nos setores precarizados e informais da economia, agregando demandas e diferenças de cada região;

Defender e organizar a luta por um seguro universal da maternidade de pelo menos um salário mínimo durante 6 meses, de modo que todas as mulheres, inclusive aquelas do setor informal e as desempregadas, possam usufruir desse

direito;

Construir mecanismos e intermediar o diálogo permanente entre as pautas das trabalhadoras rurais, urbanas e das florestas;

Defender a extensão do Benefício de Prestação Continuada (BCP) também às mulheres que são responsáveis pelo cuidado de filhas e filhos deficientes;

Lutar pelo reconhecimento do valor econômico e social do trabalho doméstico não remunerado, a exemplo de países vizinhos – como a Venezuela, Bolívia, Equador e República Dominicana – que já incorporam em suas constituições o reconhecimento do valor deste trabalho invisível como atividade econômica que produz riqueza e bem-estar social;

Intensificar e tornar transparente os mecanismos de combate às violências sofridas por mulheres no ambiente sindical, assim como os mecanismos de denúncia e acolhimento destas;

Manter e intensificar a luta pela ampliação do acesso a creches, que permanece sendo o maior déficit de vagas na educação;

Reabrir o debate acerca da organização sindical das mulheres em situação de prostituição/profissionais do sexo, a fim de assegurar o seu direito à organização, reivindicar alternativas à prostituição, bem como construir uma pauta e lutas para a garantia de direitos.

Intensificar e atualizar a campanha “Trabalho Igual, Salário Igual”, buscando a criação de mecanismos e ferramentas de luta concretas no combate à desigualdade salarial entre homens e mulheres. ★



Reduzir a cláusula de barreira

A conjuntura exige democratização do processo de eleição da direção executiva da CUT

Nos tempos de guerra em que vivemos, se a CUT quer cumprir seu objetivo de ser uma central sindical unitária classista capaz de organizar, mobilizar, conscientizar e representar todos os setores da classe trabalhadora brasileira para lutar por seus interesses imediatos e históricos é preciso avançar na organização de amplos setores da classe trabalhadora que estão à margem dos sindicatos. Para isso, é necessário garantir de fato a mais ampla democracia interna, assegurando a participação da base nas decisões congressuais, qualificando o debate de concepção sindical, permitindo que as direções expressem o mais fielmente possível a proporcionalidade de seus soberanos congressos, com métodos de direção colegiados e democráticos, com funcionamento regular das instâncias de direção.

Devemos cumprir ainda hoje com tarefas e desafios que a CUT inscreveu em seu primeiro estatuto: “avançar na unidade da classe trabalhadora e não na cooperação entre as classes sociais (exploradores e explorados), lutando por sua independência econômica, política e organizativa”. Como central sindical unitária classista, o conjunto da classe deveria estar nela representado: “Todos os setores da classe trabalhadora devem estar representados na CUT levando-se em consideração o seu peso no conjunto produtivo, sua importância estratégica e sua capacidade de luta já demonstrada”. E considerando que a CUT deveria ser regida “pela mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias, garantindo a mais ampla liberdade de expressão das correntes internas de opiniões em complemento a uma férrea unidade de ação” afirmava-se que “toda a representação



deve ser escolhida dentro de um processo democrático”.

Mas a realidade é que, especialmente ao longo da última década, cresceram no interior da CUT a burocratização, o funcionamento irregular das instâncias e a centralização dos debates e decisões nas cúpulas, comprometendo a capacidade teórica e prática de exercer o seu papel de instrumento da luta dos trabalhadores e trabalhadoras e também a unidade de ação fundamental para enfrentar a conjuntura de ataques violentos aos direitos, à democracia e às organizações da classe trabalhadora.

Chegamos ao 13º Concut sem a realização de um processo de debates nos sindicatos e nas CUTs estaduais que acumulasse para a etapa nacional. A composição da chapa da direção nacional ocorreu sem debate político coletivo, a partir de arranjos bilaterais da força majoritária separadamente com cada uma das representações das minorias e em arranjos para acomodar os interesses contraditórios da maioria. Trata-se prati-

“ Qual o sentido de impedir que chapas com menos de 10% ou 20% dos votos estejam representadas nas direções? Qual o sentido de distorcer a proporcionalidade obtida nos congressos ao compor as direções livremente eleitas, impedindo a representação de uns enquanto amplia artificialmente a representação de outros? ”

camente de uma prorrogação de mandato que muito provavelmente será aclamada pelo 13º Congresso sem grande entusiasmo e com muitas críticas de bastidores.

Esta prática política precisa ser mudada, sob pena de vivermos crises de direção, acirramentos de disputas e descontentamentos internos que comprometem a capacidade de luta e de organização da CUT e a firme unidade para resistir, avançar e derrotar a classe dos capitalistas e sua coalizão golpista.

Tendo em vista a pluralidade de correntes que atuam no movimento sindical, todas elas expressando diferentes segmentos e opiniões presentes na classe trabalhadora, defendemos a mais ampla democracia no interior da CUT.

No caso da eleição da direção executiva defendemos a redução da cláusula de barreira para desta forma assegurar a presença qualificada das diversas visões político-ideológicas presentes na Central.

Originalmente, o Estatuto da CUT impunha uma cláusula de barreira para a composição das direções estaduais e nacional, que seriam eleitas “pelo critério da



proporcionalidade e só participará desta proporcionalidade quem obtiver pelo menos 20% dos votos no congresso”.

Em seu 3º Congresso, realizado em 1988, a CUT fez uma mudança nesta regra que segue em vigor até hoje estabelecendo na eleição das instâncias de direção que “quando houver duas chapas só participará da direção a chapa que obtiver pelo menos 20% dos votos”, e que “havendo mais de duas chapas só participarão da distribuição proporcional de cargos as chapas que obtiverem pelo menos 10% dos votos. Neste caso, a soma dos votos das chapas minoritárias deverá atingir 20% do total de votos”.

Portanto, apesar de manter em seus estatutos atuais o compromisso fundamental de garantir “o exercício da mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias”, logo se vê que a cláusula de barreira de 20% é um impeditivo para que a democracia interna da CUT seja real-

mente concretizada.

Se a CUT, em seu estatuto atual, afirma que o exercício da democracia em suas instâncias e organismos será garantido “desde que não firam as decisões majoritárias e soberanas tomadas pelas instâncias superiores e seja garantida a plena unidade de ação”, é preciso assegurar que as forças políticas ou setores que queiram se apresentar aos Congressos e sejam legitimados por um percentual de votos tenham suas representações nas instâncias de direção.

Qual o sentido de definir prévia e burocraticamente uma representação que, sendo proporcional, é definida politicamente no processo congressual? Qual o sentido de impedir que chapas com menos de 10% ou 20% dos votos estejam representadas nas direções? Qual o sentido de distorcer a proporcionalidade obtida nos congressos ao compor as direções livremente eleitas, impedindo a representação de uns enquanto amplia artificialmente a

representação de outros?

Um exemplo disto foi o 11º Concut, em 2012, quando a chapa que obteve 9% da votação do Congresso ficou fora da direção executiva.

Ao impor às correntes de opinião, forças políticas ou setores cutistas que não alcançarem a cláusula de barreira de 20% a escolha entre compor a chapa majoritária ou ficar fora da direção, na prática, esta medida favorece a burocratização e a despolitização, aprofundando a desigualdade de condições na disputa de rumos da CUT e impondo o controle da cúpula da maioria.

Neste sentido, defendemos a redução da cláusula de barreira na eleição das direções da CUT para 5% dos votos, alterando o inciso I e suprimindo os incisos II e III do art. 61 do Estatuto.

Além disso, considerando que garantir a mais ampla democracia nos organismos e instâncias da CUT vai além de acabar com

a cláusula de barreira para a eleição das direções e visando reverter o processo de burocratização e centralização da Central, é preciso desenvolver mecanismos para ampliar a participação das bases em nossos debates e decisões.

O 3º Congresso da CUT decidiu acabar com a distinção que havia entre diretoria e base nas eleições de delegados aos congressos da CUT, que ocorriam de acordo com critérios de proporção que asseguravam a presença de delegados e delegadas que não compunham as direções dos sindicatos filiados. Como resultado, ao invés de ampliar, reduziu-se enormemente a presença de trabalhadores das bases nos congressos, o que prejudica especialmente a presença de jovens.

Portanto, defendemos recuperar a distinção entre diretoria e base na eleição de delegados e delegadas aos congressos da CUT, remetendo à próxima plenária nacional o estabelecimento dos critérios de proporção. ★



ELAHP

Escola Latino-Americana de História e Política
Escuela Latinoamericana de Historia y Política

Vivemos tempos desafiantes para os setores democráticos, populares e de esquerda.

A batalha de ideias é mais importante que nunca, e para isso devemos ampliar nosso entendimento da realidade e nossa capacidade de formulação.

É para contribuir nisto que surge a Escola Latino-americana de História e Política - ELAHP, uma iniciativa autossustentável, fincada no campo democrático e popular, destinada a contribuir na formação teórica e cultural de quem está vinculado às grandes lutas sociais de nosso tempo.


Convidamos você para conhecer e frequentar os cursos da escola.

■ **CONVENIOS E PARCERIAS COM SINDICATOS E MOVIMENTOS**


■ **ORGANIZAÇÃO E MONTAGEM DE CURSOS DE FORMAÇÃO PARA SINDICATOS (TODOS OS ESTADOS)**


■ **ENTRE EM CONTATO CONOSCO**

 elahp.com.br

 [/elahp_al](https://www.instagram.com/elahp_al)

 [/elahp.com.br](https://www.facebook.com/elahp.com.br)

 **(011) 3241 1858**

 11 95669 7500

 contato@elahp.com.br

 **Rua Silveira Martins, 147, cj. 12, Sé, São Paulo - SP**

Gerar empregos

Emenda na Resolução 9, página 56 do Caderno de Teses ao 13º Concut, sobre “Geração de empregos de qualidade”

O êxito de nossa luta pela “transformação da sociedade brasileira rumo à democracia e ao socialismo”, como diz o Estatuto da CUT, depende principalmente da consciência, organização e capacidade de luta das classes trabalhadoras, majoritariamente constituídas pelos assalariados e assalariadas. Explorados diretamente pelo capital, os assalariados estão presentes nas principais atividades econômicas, e deles depende o fundamental para o funcionamento da atual sociedade capitalista.

Contudo, o desenvolvimento do capitalismo implica em ganhos de produtividade em variados setores econômicos e crises periódicas. Alternadas, combinadas e articuladas, estas tendências aumentam a exploração relativa da força de trabalho, ampliam o desemprego, aumentam a competição por postos de trabalho, rebaixam os salários e, conseqüentemente, reduzem a participação relativa e absoluta da renda do trabalho no produto total da economia nacional.

O Brasil vive atualmente tanto as conseqüências prolongadas da grande crise capitalista de 2007/2008, quanto o seu aprofundamento, o qual pode ser sentido mediante a implementação de uma política radical de ajuste fiscal. Tal fato promove uma queda drástica dos investimentos públicos, além de agravar o quadro da instabilidade econômica, social e institucional, prolongando o quadro recessivo.

Além de induzir a economia à estagnação, esta agenda conta também com medidas de precarização brutal da seguridade social e das relações de trabalho, repre-



sentadas principalmente pelo teto de gastos, a antirreforma trabalhista, a terceirização ampla e irrestrita e a antirreforma da previdência.

Com isso, o desemprego atingiu um número alarmante da população brasileira e os empregos precários crescem a cada dia. Além disso, aumenta-se constantemente o número de trabalhadoras e trabalhadores que, apesar de terem um emprego, vivem em situações de miséria, uma vez que estão sujeitos à instabilidade no vínculo de emprego e, muitas vezes, se vêem obrigados a desenvolver atividades precárias e flexíveis para complementar renda, tais como aquelas inscritas dentro da informalidade.

Portanto, os desafios prioritários e mais urgentes para combater o desemprego, aumentar as contratações e a renda média do trabalho é, tanto derrotar a coalizão reacionária que sustenta o governo Bolsonaro, quanto mudar a política econômica. Dessa forma, poder-se-á criar um ambiente macroeconômico adequado ao desenvolvimento industrial, o qual deverá desempenhar um papel estratégico na economia, uma vez

que as demais atividades, como o comércio e os serviços, respondem positivamente à dinâmica da indústria de transformação.

Ainda que o setor de serviços seja mais intensivo em trabalho do que a indústria, apresentando maior coeficiente de emprego, os postos de trabalho são de menor qualidade e apresentam maior grau de informalidade. O predomínio das atividades de serviços de menor complexidade no último período, apresenta-nos a necessidade de uma estratégia de desenvolvimento que mude este quadro, fazendo o futuro aumento do salário médio real ser acompanhado por equivalente desenvolvimento tecnológico visando à abertura de postos de trabalho mais qualificados.

Entretanto, sob a vigência da antirreforma trabalhista e da lei de terceirizações, a retomada do crescimento econômico resultaria na geração de empregos precários, com baixos salários, alta rotatividade e longas jornadas, reiterando a desigualdade e a superexploração da força de trabalho que atravessam a história do país. Neste sentido, a mudança da política econômica e uma nova

estratégia de desenvolvimento devem ser acompanhadas pela revogação da antirreforma trabalhista e da lei de terceirizações.

No médio e longo prazo, as políticas de fiscalização do trabalho, de combate à informalidade, ao trabalho infantil e ao trabalho análogo à escravidão, de formação profissional continuada e de geração de emprego e renda só terão condições de gerar resultados sustentáveis mediante a derrota da coalizão reacionária e a retirada dos entulhos golpistas. Além de contribuir para aumentar o padrão de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, trata-se de reconstituir a classe trabalhadora assalariada, que tem um papel diferenciado na luta pelo socialismo.

Por outro lado, as trabalhadoras e trabalhadores assalariados em situação de desemprego e ou que recorrem à informalidade devem ter garantidas as possibilidades de se organizarem no movimento sindical cutista para lutar, não apenas pela geração de empregos de qualidade, mas também para reivindicar e conquistar políticas de proteção social e qualificação profissional aos desempregados e desempregadas. A luta por mais e melhores empregos terá mais chances de êxito se ancorada na organização e mobilização de seus interessados mais imediatos.

Quanto ao segmento de trabalhadoras e trabalhadores pequenos proprietários urbanos e rurais, é necessário ampliar as políticas de crédito e microcrédito, assistência técnica, comercialização, formação profissional, desenvolvimento local e economia solidária. ★



Retomar a indústria

Emenda na página 58, Resolução 11, do Caderno de Teses ao 13º Concut: Defender a retomada da indústria nacional como estratégia de soberania e desenvolvimento econômico e social

Periférica e dependente dos centros dominantes desde o antigo sistema colonial até o atual imperialismo financeiro, a economia brasileira tem sido marcada tanto pela tendência de manter no exterior o centro dinâmico da economia nacional, como pela disposição de um padrão de desenvolvimento, o qual possui uma natureza limitada, não avançando para além de certo ponto – sempre inferior às visíveis possibilidades e potencialidades do país – e reiterando periodicamente determinados problemas e entraves. Por isso, ao longo da história, experimentamos muitos períodos de crescimento, mas de pouco desenvolvimento.

Se, por um lado, entre 1930 e 1980, o desenvolvimento industrial foi acompanhado de uma taxa de crescimento do PIB maior que a das décadas seguintes, as quais foram marcadas pela desindustrialização, atestando a alta correlação positiva entre o valor adicionado da indústria de transformação e o produto das demais atividades econômicas; por outro lado, a industrialização foi assistida pela persistência e, muitas vezes, pelo aprofundamento das desigualdades sociais e da concentração de renda, riqueza e poder, configurando um desenvolvimentismo conservador.

Mesmo nos períodos em que houveram medidas de proteção à indústria nacional e de fortalecimento do papel do Estado no desenvolvimento, não ocorreu o enfrentamento de conjunto à dominação imperialista. Isso fez com que permanecesse restrito o mercado interno de consumo de massas, priorizando a produção industrial destinada ao consumo produtivo de empresas e do Estado e ao consumo de bens duráveis acessíveis apenas às camadas mé-

dias da sociedade.

Neste sentido, ainda que a desindustrialização entre 1980 e 2018 constitua como o principal fator para a tendência de fraco crescimento no período, a mera retomada da indústria nacional como estratégia de desenvolvimento não significará mais que recuperar o desenvolvimentismo conservador, reiterando à condição periférica e dependente da economia brasileira, ainda que industrializada.

O crescimento do investimento industrial entre 2003 e 2010 foi insuficiente. Os ganhos de produtividade permaneceram distantes e aquém das necessidades sociais da população brasileira e da inserção soberana da economia nacional nos mercados internacionais – problema que não se resolveu com a política de construção de grandes oligopólios (chamados de “campeões nacionais”), pois o capital monopolista apresenta uma tendência à estagnação e à decomposição, e não ao dinamismo.

Além disso, no curto prazo, a demanda dos demais setores econômicos estimula a produção e o investimento industrial. Assim, o aumento da demanda efetiva mediante a distribuição de renda e ampliação do mercado interno de massas contribui com o crescimento econômico. Mas, no médio e longo prazo o sentido da causalidade é inverso: da indústria de transformação para as demais atividades econômicas, que passam a crescer mais que proporcionalmente ao crescimento industrial, confirmando o papel central da indústria como motor da economia.

Não por acaso, os países capitalistas mais poderosos são aqueles que possuem liderança industrial e tecnológica. Ainda que o crescimento da produtividade no



Cabe à CUT desempenhar estas tarefas para que os trabalhadores e trabalhadoras acumulem forças e derrotem a agenda ultraneoliberal da coalizão reacionária que reforça a recessão, a desindustrialização, a primarização, a desnacionalização da economia, a dependência externa e a exploração predatória dos recursos naturais.

longo prazo reduza o peso relativo da indústria na economia, não significa que reduza a sua liderança.

Do mesmo modo, a experiência histórica demonstra que, a depender da conjuntura, um ou outro setor da classe trabalhadora ganha maior importância política na luta de classes; mas, no longo prazo, o setor que se destaca é o operariado industrial – o que se deve, no fundamental, ao papel estratégico que a indústria joga no capitalismo.

A desindustrialização ocorrida desde os anos 1980 no Brasil resultou na redução do peso absoluto e relativo da indústria na economia nacional, do tamanho e da influência do operariado industrial e, portanto, da força do conjunto da classe trabalhadora. Reverter este processo, significará criar melhores condições objetivas para a luta pelos interesses

imediatos e históricos da classe trabalhadora – melhoria que deve ser acompanhada da ampliação do nível de consciência, organização e mobilização do operariado industrial e do conjunto da classe.

Cabe à CUT desempenhar estas tarefas para que os trabalhadores e trabalhadoras acumulem forças e derrotem a agenda ultraneoliberal da coalizão reacionária que reforça a recessão, a desindustrialização, a primarização, a desnacionalização da economia, a dependência externa e a exploração predatória dos recursos naturais.

Mas este desafio deve ser encarado como o primeiro passo para reverter as tendências de longa duração que expressam características estruturais e historicamente consolidadas da economia. Superar o padrão de desenvolvimento limitado exige desbancar a dominação do imperialismo, o poder dos monopólios e a hegemonia do capital financeiro – lembrando que o capital industrial é sua parte constitutiva, não seu oposto.

A queda na taxa de lucro média das empresas não-financeiras a partir de 2010 foi acompanhada pelo aumento da taxa de crescimento de suas aplicações financeiras a partir de 2013. Na última década, enquanto a formação de capital fixo permaneceu baixa ou negativa na maior parte dos anos, cresceu a acumulação financeira na indústria de transformação, sobretudo em 2017 e 2018.

Em uma economia altamente financeirizada, as empresas industriais tendem a compensar a redução das receitas operacionais com ganhos financeiros, atestando a hegemonia do capital financeiro sobre as empresas industriais. É ilusória, portanto, a tese de que os

setores ditos produtivos da burguesia brasileira poderiam estar interessados em uma aliança com a classe trabalhadora para superar o neoliberalismo e a financeirização da economia. Dada a natureza do capitalismo no Brasil e a postura dos capitalistas industriais, um novo ciclo de industrialização precisa ocorrer sob comando do Estado, garantindo a soberania nacional em áreas estratégicas, e articulado com um programa de reformas estruturais democrático-populares.

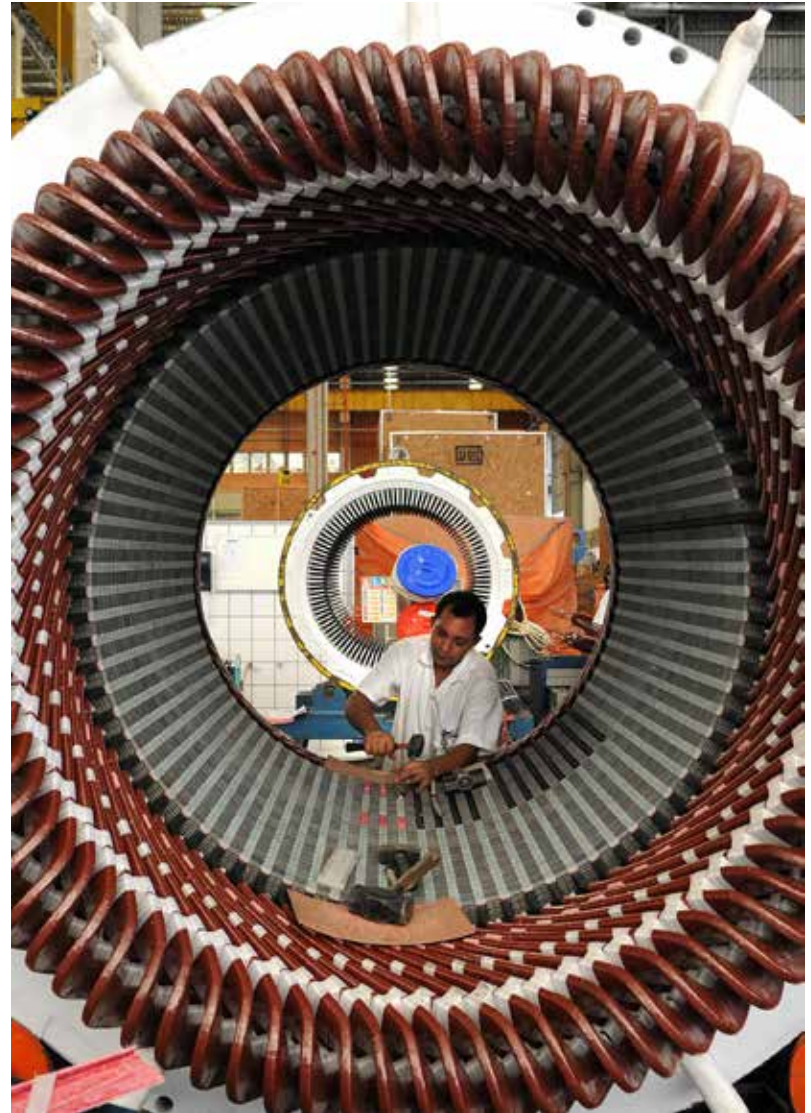
Neste sentido, qualquer política industrial voltada não apenas a recuperar níveis mais elevados de participação da indústria no PIB, mas também superar a dependência externa, combater a desigualdade social e preservar o meio ambiente deve ser acompanhada de uma reforma financeira que inclui medidas como: a lei antitruste do sistema financeiro e eliminação dos monopólios nacionais privados; a separação entre bancos comerciais e de investimento; a ampliação dos direitos operacionais de bancos municipais e cooperativos; o reestabelecimento do papel dos bancos públicos, especialmente o BNDES, como promotor dos investimentos produtivos e não das privatizações; o controle do Estado sobre os fluxos de capitais e as taxas de juros e de câmbio; a revisão da Taxa de Longo Prazo (TLP) para recuperar a oferta de crédito a taxas de juro mais baixas e de menor volatilidade; a tributação e regulação das remessas de capital das filiais para as matrizes estrangeiras das multinacionais. Neste sentido, a CUT deve contribuir para articular os sindicatos da indústria e do ramo financeiro e construir agendas e iniciativas comuns por esta reforma financeira.

Uma nova política industrial deve contribuir para resolver os

problemas econômicos e sociais do país, reduzir as desigualdades e elevar os padrões de vida da população de forma ambientalmente sustentável e regionalmente equilibrada. São necessários, pois, grandes investimentos tanto em política energética e infraestrutura logística, de transporte e comunicações, quanto em infraestrutura social como saneamento, acesso à água potável, energia elétrica, habitação, mobilidade e equipamentos sociais de saúde, educação, cultura, esporte e lazer.

Deve também buscar superar o predomínio dos investimentos em atividades de baixa intensidade tecnológica e atividades de serviços de menor complexidade, os quais tem postos de trabalho de menor qualidade e graus mais elevados de informalidade. É preciso estimular investimentos em atividades intensivas em tecnologia, que demandam força de trabalho de maior qualificação e que oferecem empregos melhores.

Porém, como tem aumentado a parcela importada de insumos e componentes mais elaborados e sofisticados em relação ao total aplicado na produção, diversos setores da indústria brasileira – com destaque para os segmentos de alta e média-alta tecnologia – estão ainda mais dependentes. Portanto, além das atividades já existentes que consomem, deve-se investir em novas atividades de pequeno e médio porte que produzam tais insumos e componentes, internalizando parte importante das cadeias de suprimento e contribuindo para adensar as cadeias produtivas de valor da indústria brasileira. Caso contrário, o mero aumento global dos investimentos nas atuais atividades de maior intensidade em tecnologia seria incapaz de evitar o aprofundamento da inserção subordinada do Brasil nas cadeias



Agência Brasil

produtivas globais de valor no atual contexto da quarta revolução industrial.

Considerando que em nosso país a maioria esmagadora das pesquisas científicas e inovações tecnológicas aplicáveis à produção são desenvolvidas nas universidades públicas e não em centros de pesquisa da iniciativa privada, uma nova política industrial deve incluir a ampliação de investimentos públicos no ensino técnico e superior, nas atividades de pesquisa e projetos de extensão direcionados prioritariamente ao atendimento das necessidades individuais e sociais presentes e futuras da população brasileira. Ademais, aliada a um projeto de educação universal e de qualidade, será indispensável desenvolver programas de qualificação profissional de forma continuada que acompanhem os novos paradigmas tecnológicos. ★

“ Uma nova política industrial deve contribuir para resolver os problemas econômicos e sociais do país, reduzir as desigualdades e elevar os padrões de vida da população de forma ambientalmente sustentável e regionalmente equilibrada ”